



Relatório e Contas 2013

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas 2013

11 de Março de 2014



RAD
h

CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2013-2015)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes

Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria

Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Fiscal Único

ROC – “RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC 320)

ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC 1034)

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



RAP
P

ÍNDICE

Pág.

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
I. ENVOLVENTE EXTERNA	8
1.1 Conjuntura macroeconómica internacional	8
1.2 Envolvente sectorial	12
II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	19
III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	23
3.1 No domínio técnico ambiental	23
3.1.1 Concessão	23
3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental	28
3.1.3 Outros acontecimentos e iniciativas	29
3.2 No domínio dos recursos minerais	30
3.2.1 Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento	30
3.2.2 Atividades de valorização e aproveitamento económico	38
3.2.3 Atuação na área da "Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos"	44
3.2.4 Acompanhamento de iniciativas no exterior	44
3.3 Atuações diversas	46
3.3.1 Protocolo DGEG/EDM	46
3.3.2 Stock urânio	48
3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeirica	48
3.4 Participada EDM-Empresa de Projetos Imobiliários	49
IV. RECURSOS HUMANOS	51
V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	52
VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	55
VII. PERSPETIVAS FUTURAS	80
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	85
IX. AGRADECIMENTOS	86
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013	93

RAP
L

2 RAR

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Pese embora em julho ter ocorrido uma mudança de conselho de administração, a cujos membros cessantes deixo aqui uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido durante o seu mandato, o ano de 2013 foi de continuidade das atividades que a EDM tem vindo a desenvolver nos últimos anos, com especial destaque para a atividade de recuperação ambiental de minas abandonadas e para a área dos recursos minerais, tendo sido apresentado um resultado líquido positivo de € 547.547,53.

Já no último trimestre, em concertação com a tutela e o POVT, foi decidido lançar em *overbooking* uma 4ª fase de 5 novas candidaturas no domínio de intervenção “Recuperação do Passivo Ambiental”, Eixo Prioritário II, as quais ainda estão a aguardar decisão e que, a serem aprovadas e concretizadas, permitirão ultrapassar os objetivos inicialmente previstos no âmbito do quadro comunitário ainda em vigor e dar cumprimento à missão de serviço público atribuído à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho. De notar que nesta matéria e no âmbito da EU, Portugal é um País reconhecido como de referência, pelo facto de ter conseguido concretizar com sucesso um ambicioso programa de recuperação ambiental de minas abandonadas.

No que à área dos recursos minerais diz respeito, foi feita uma avaliação do desenvolvimento dos projetos detidos pela EDM, na sua totalidade ou em parceria, tendo sido decidido abandonar o que no âmbito dos trabalhos desenvolvidos se revelava muito pouco promissor.

Estando o mundo a viver tempos em que as matérias-primas minerais desempenham um papel estratégico crescente à escala global, e em que os Países que controlam a sua produção ocupam uma posição de destaque no que respeita às mais-valias que daí advêm, importa que a EDM, empresa com um passado mineiro de referência que é internacionalmente reconhecido, ponha em prática o papel que lhe foi atribuído no âmbito da Estratégia Nacional para os Recursos Minerais aprovada pelo governo em 2012, dinamizando os investimentos no setor mineiro em Portugal, através da constituição de parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, mas também nos PALOP, identificando

projetos nesses Países e mobilizando empresas nacionais, acompanhando-as de forma simbólica nessa internacionalização.

A constituição de novas parcerias em Portugal e o aprofundar dos contactos com os altos responsáveis pelo setor mineiro nos PALOP, estão já em desenvolvimento, esperando-se que os próximos anos possam trazer uma crescente internacionalização das empresas portuguesas numa dinâmica mineira, e onde a EDM também tem um papel a desempenhar.

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Presidente

RA
L

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2013.

I. ENVOLVENTE EXTERNA

1.1 Conjuntura macroeconómica internacional

De acordo com as últimas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) o crescimento da economia mundial, em 2013, aponta para valores de 3,0% e para um reforço desse crescimento em 2014, para cerca de 3,7%. Esta instituição considera também que a zona euro poderá estar a passar da recessão para a recuperação, embora nos países sob pressão essa recuperação seja mais modesta. Na zona euro o Produto Interno Bruto, em termos médios anuais, registou, de acordo com a estimativa do FMI, uma ligeira melhoria tendo contraído 0,4% em 2013, que se compara com a queda de 0,7% em 2012. Com efeito na última parte de 2013 houve uma melhoria generalizada do ambiente económico. O crescimento entre as regiões tem-se mantido com ritmos diferentes continuando as economias emergentes a registarem taxas de crescimento superiores, conforme se pode ver no quadro abaixo.

	Projeções Atuais				Diferença em relação a projeções de Outubro 2013	
	2012	2013	2014	2015	2014	2015
Produto Interno Bruto (mundial)	3.1	3.0	3.7	3.9	0.1	0.0
Economias Avançadas	1.4	1.3	2.2	2.3	0.2	-0.2
E.U.A.	2.8	1.9	2.8	3.0	0.2	-0.4
Zona Euro	-0.7	-0.4	1.0	1.4	0.1	0.1
Alemanha	0.9	0.5	1.6	1.4	0.2	0.1
França	0.0	0.2	0.9	1.5	0.0	0.0
Itália	-2.5	-1.8	0.6	1.1	-0.1	0.1
Espanha	-1.6	-1.2	0.6	0.8	0.4	0.3
Japão	1.4	1.7	1.7	1.0	0.4	-0.2
Reino Unido	0.3	1.7	2.4	2.2	0.6	0.2
Canadá	1.7	1.7	2.2	2.4	0.1	-0.1
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4.9	4.7	5.1	5.4	0.0	0.1
Europa Central e de Leste	1.4	2.5	2.8	3.1	0.1	-0.2
Rússia	3.4	1.5	2.0	2.5	-1.0	-1.0
China	7.7	7.7	7.5	7.3	0.3	0.2
India	3.2	4.4	5.4	6.4	0.2	0.1

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Janeiro 2014

Com efeito as economias emergentes e em desenvolvimento continuam a ter um papel fundamental no crescimento económico mundial. Na Europa destaca-se o desempenho da atividade económica no Reino Unido. Relativamente aos principais parceiros comerciais de Portugal, a Espanha aponta para uma queda do PIB em 2013, embora menor que no ano anterior, e a Alemanha um crescimento muito moderado, perspetivando-se uma melhoria para 2014 e 2015 nestes dois países, embora com taxas modestas.

Nos E.U.A. a questão da diminuição dos estímulos monetários assumiu esteve no centro do debate e teve impactos relevantes para os investidores e movimentos de capitais.

Para 2014, as previsões apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas onde se espera um crescimento relativamente forte dos EUA, um crescimento mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia. No entanto as economias da União Europeia continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento mais forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico.

Contudo, e na sequência da evolução registada nos últimos anos, estima-se que os desequilíbrios externos entre as regiões possam continuar a reduzir-se, dada a tendência de um crescimento mais fraco nas economias avançadas que se encontram mais endividadas (caso dos EUA e alguns países da área do euro) enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes, tenderá a crescer a um ritmo mais elevado, destacando-se, entre os países asiáticos, a China.

A incerteza associada às perspetivas económicas mundiais é ainda elevada. Na zona euro permanece a crise das dívidas soberanas e a fraca robustez do sistema financeiro e bancário. Nos Estados Unidos da América, a redução da dívida pública e os possíveis efeitos da redução de estímulos monetários por parte da Reserva Federal, são fatores determinantes na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

A economia portuguesa

O programa de ajustamento económico acordado entre o governo português e o FMI e a União Europeia está a ser executado desde 2011 e tem-se desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro, que só começou a dar sinais de retoma em meados de 2013 e que tem condicionado a economia portuguesa nestes últimos anos. Decorridos mais de dois anos do Programa de Assistência Económica e Financeira, a economia portuguesa registou progressos assinaláveis, no que diz respeito ao reequilíbrio externo e à redução do défice orçamental primário estrutural, embora num quadro de forte quebra da atividade económica e de aumento do desemprego.

A política orçamental em 2013 manteve-se restritiva, tendo a consolidação das contas públicas sido assente predominantemente no aumento da receita fiscal. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos.

O ano de 2013 encontra-se contudo já marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

O Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 diminuiu 1,4% em volume, que se compara com a variação de -3,2% em 2012. A redução menos acentuada do PIB em 2013 resultou do contributo menos negativo da procura interna refletindo a evolução do consumo privado. As exportações de bens e serviços cresceram 6,1%, com destaque para as exportações de serviços, tendo contribuído decisivamente para o aumento da capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa.

Os quadros seguintes apresentam os indicadores económicos divulgados no corrente mês pelo INE (Contas Nacionais – 4º trimestre de 2013 e ano de 2013).

Composição da variação em volume do PIB

	Taxa de variação anual (%)				
	2009	2010	2011	2012	2013
Procura Interna	-3.3	1.8	-5.1	-6.6	-2.6
Exportações	-10.9	10.2	6.9	3.2	6.1
Importações	-10.0	8.0	-5.3	-6.6	2.8
PIB	-2.9	1.9	-1.3	-3.2	-1.4

Componentes da Procura Interna (Volume)

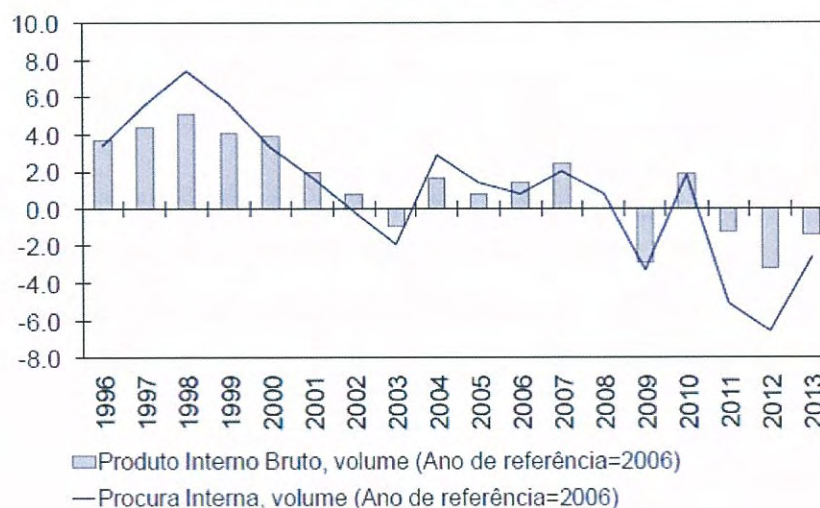
	Taxa de variação homóloga (%)				
	4ºT 12	1ºT 13	2ºT 13	3ºT 13	4ºT 13
Procura Interna	-4.4	-5.9	-2.9	-1.5	0.1
Consumo Privado ¹	-5.1	-4.0	-2.3	-0.9	0.6
Consumo Público ²	-3.8	-3.2	-2.3	-1.3	0.1
Investimento	-2.4	-16.1	-6.2	-4.4	-1.8

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

Produto Interno Bruto e Procura Interna

Taxa de variação anual, %



A colocação de dívida bem sucedida por parte da Irlanda suscitou um ambiente animador nos mercados que resultou numa descida generalizada dos spreads da dívida dos países da periferia face ao Bund alemão. Aproveitando o otimismo nos mercados financeiros, Espanha e Portugal seguiram os passos da Irlanda em emissões de dívida de obrigações soberanas. O Tesouro português colocou 3.25 mil milhões de euros na reabertura de Obrigações do Tesouro (OT) com vencimento em Junho de 2019. A yield média obtida foi de 4.657%, abaixo da obtida na emissão com o mesmo prazo realizada em Janeiro de 2013 (4.891%) sendo que com esta emissão, o Tesouro terá assegurado cerca de 30% das necessidades de financiamento para 2014.

As expectativas da Comissão Europeia apontam para uma recuperação da economia portuguesa, que deverá crescer 0,8% em 2014 e 1,5% em 2015. Estas perspetivas anunciadas inserem-se num clima ainda incerto, do lado interno, pelos reflexos da forte redução da despesa pública/consolidação orçamental/medidas de austeridade, decorrentes do programa de assistência financeira, e, ao nível externo, pelos impactos da crise da dívida soberana na Zona Euro (evolução da procura externa por parte dos principais parceiros comerciais de Portugal) e ainda pelas condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais versus capacidade de financiamento da economia portuguesa.

1.2 Envolvente sectorial

A incerteza económica global atingiu fortemente a indústria mineira, trazendo o receio de que as empresas mineiras não iriam ter um percurso fácil durante este ano de 2013. Com uma perspetiva geral de um período de crescimento económico moderado, não se esperava que a maioria dos preços dos metais subissem no curto prazo, enquanto que os ganhos obtidos com a subida do ouro no período entre 2002 e 2011 já parecem bastante distantes no tempo. Apesar das dificuldades atuais, os cortes recentes no pipeline de projetos mineiros em todo mundo podem ser importantes para definir o cenário para uma nova indústria mineira mais forte e mais eficiente no seu funcionamento.



RAT
L

A incerteza económica na Europa e nos Estados Unidos assim como as preocupações com a diminuição da procura na China levou a que a maioria das cotações dos metais caíssem ou no limite estabilizassem durante o ano de 2012. No entanto a maioria das cotações dos principais metais permaneceram bem acima das suas médias dos últimos 10 anos e os orçamentos para a prospeção e pesquisa continuaram a crescer sendo que no início de 2012 ascenderam a 20.53 biliões de dólares, estabelecendo um novo máximo mundial. Apesar deste crescimento o ano de 2012 representou uma mudança para o setor mineiro e particularmente para o investimento na fase de prospeção de recursos minerais pois os investidores passaram a olhar de forma cada vez mais cautelosa para as empresas mineiras juniores, levando a que muitas destas tivessem cada vez mais dificuldades em levantar capital para continuar o seu programa de investimento em prospeção. Durante 2013 os investidores acentuaram ainda mais o corte no apoio financeiro às empresas juniores o que levou muitas a abandonarem ou a abrandar o desenvolvimento dos seus projetos. Desta forma o orçamento total para exploração a nível mundial baixou para 14.43 biliões de dólares, 30% abaixo do ano anterior.

Por forma a enfrentar os investidores insatisfeitos e a desaceleração da procura, também a maioria das grandes empresas produtoras começaram-se a concentrar mais nas suas margens de lucro ao invés de no crescimento da sua atividade, quer através do corte ou adiamento dos investimentos em CAPEX, quer através da redução dos custos de operação e manutenção. Muitas das grandes empresas produtoras de minérios decidiram também desinvestir dos seus ativos não principais para se focarem nos seus principais projetos de exploração.

A maior parte dos cortes nos investimentos em CAPEX das empresas mineiras recaiu em projetos de exploração de ouro e de níquel. Aqui inclui-se a suspensão de projetos como foi o caso da Barrick no projeto Pascua-Lama no Chile (CAPEX total de 8 milhões de dólares) e das empresas Goldcorp e New Gold no projeto El Morro no Chile (CAPEX de quase 4 biliões de dólares). Entre os projetos que foram abandonados salienta-se o caso da Joint Venture entre a Antofagasta e a Barrick para o projeto Reko Diq no Paquistão (CAPEX de 3 biliões de dólares), o projeto de níquel Wingellina da empresa Metal X, na Austrália e o projeto de ferro Jack Hills da Mitsubishi, também na Austrália (todas as operações foram

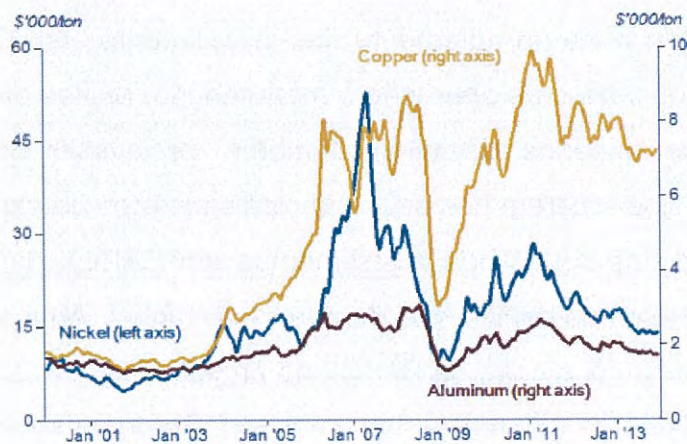
suspensas onde o projeto de expansão apresentava um orçamento estimado de 4 bilhões de dólares).

Por outro lado esta situação gerou algumas novas oportunidades para operações de aquisição uma vez que passaram a estar disponíveis no mercado alguns dos ativos non-core destas grandes empresas que atraíram a atenção de players de menor dimensão e de parceiros financeiros como fundos Private Equity, fundos soberanos ou empresas mineiras de capitais públicos.

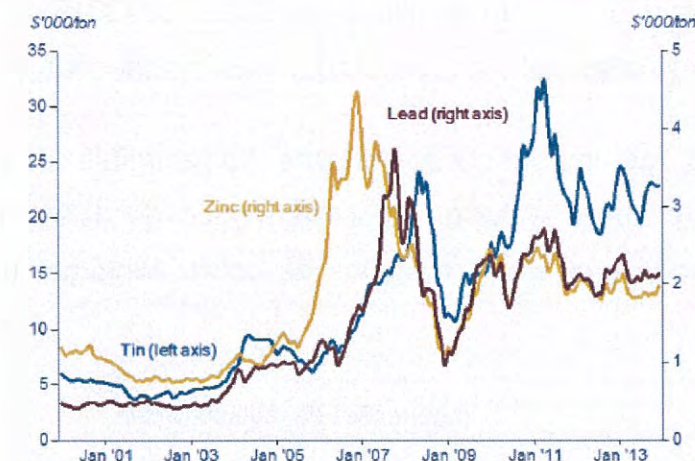
Cotações dos metais não ferrosos

Após o colapso dos preços dos metais, na sequência da crise financeira global de 2008-2009, as cotações recuperaram e aumentaram de forma contínua, atingindo um pico no início de 2011. O índice de preços de metais do Banco Mundial alcançou um novo recorde de 126 (2010 = 100) em fevereiro de 2011, um aumento de 164 por cento em relação ao mínimo de dezembro de 2008. Este aumento, em conjunto com os aumentos sustentados antes da crise financeira, geraram grandes investimentos que, por sua vez induziram uma forte resposta do lado da oferta.

Preços dos principais metais (Alumínio, Cobre, Níquel, Chumbo, Estanho e Zinco)



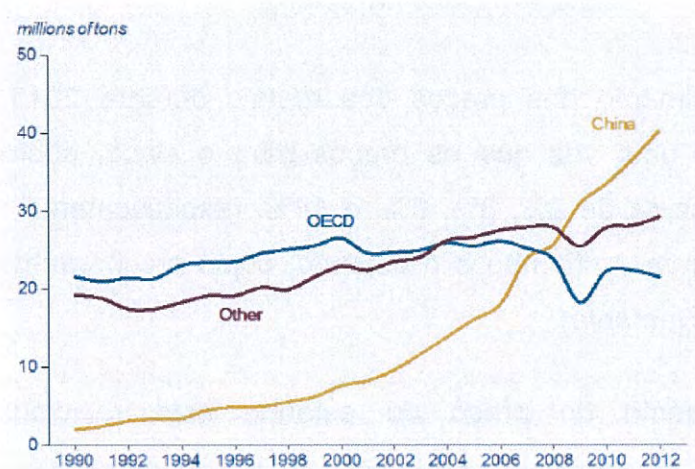
Source: World Bank.



Source: World Bank.

A maioria das fontes adicionais fornecedoras de metais foram para atender a elevada procura da China, cuja quota no consumo mundial de metais refinados atingiu quase 45% no final de 2012, acima dos 42% em relação ao ano anterior. De referir que a quota da China no consumo mundial no início de 1990 era de menos de 5%.

Consumo Mundial de Metais



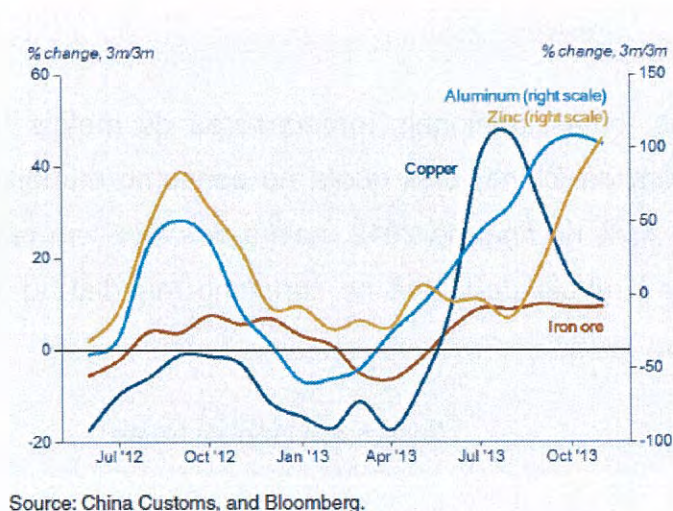
Source: World Bureau of Metals Statistics.

O ano de 2013 foi marcado por uma quebra geral nos preços globais dos metais não ferrosos, e pese embora a mesma tivesse sido interrompida durante o último trimestre de 2013 – subida de 0,8 por cento em comparação com o trimestre anterior - o índice global de preços apresentou uma média em 2013 quase 6 por cento menor do que em 2012. O fortalecimento dos preços em alguns metais

(embora marginal) durante o último trimestre de 2013 reflete a melhoria da atividade industrial global e a recuperação das importações por parte da China.

Por exemplo, as importações chinesas de alumínio e zinco, e em menor quantidade de cobre e ferro, cresceram mais de 100% em três meses até novembro sendo que as importações de cobre atingiram um pico de 47% em agosto.

Importações de metais - China



O enfraquecimento dos preços dos metais durante 2013 foi de certa forma generalizado uma vez que os preços para o zinco, cobre, alumínio e níquel diminuíram cerca de 2%, 8%, 9%, e 14%, respectivamente. As exceções a esta tendência foram o chumbo e o estanho, cujos preços aumentaram (até 3,6% e 5,5%, respectivamente).

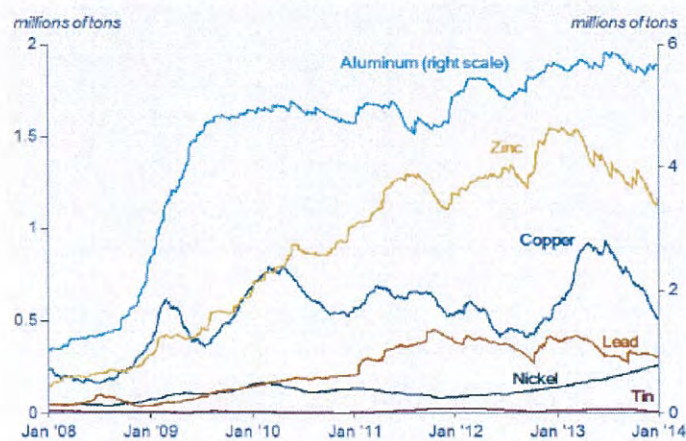
O fortalecimento do preço do estanho está relacionado com questões regulatórias. A Indonésia, segundo maior fornecedor de estanho do mundo, introduziu novos regulamentos ao nível da pureza e passou também a exigir que todos os negócios de compra e venda para exportação tenham de ser efetuados através de trocas locais. Estas medidas quase levaram a um colapso das exportações em setembro/outubro. Paralelamente as políticas da Indonésia também podem afetar os mercados dos restantes metais, uma vez que o Governo anunciou a proibição das exportações de minério bruto a partir de janeiro de 2014. Esta proibição pode ter um impacto sobre um conjunto de metais, nomeadamente

o níquel, mas também a bauxite, o cobre e o estanho. Ainda não é claro, no entanto, em que medida esta proibição será aplicada ou se vão as empresas mineiras ser capazes de exportar minério depois de pagar as respetivas multas ou através da obtenção de isenções.

Embora os *stocks* globais de metais nas principais bolsas terem diminuído ligeiramente (abaixo de 5% em 2013), ainda são elevados para os padrões históricos. No caso do cobre, por exemplo, o seu *stock* nas principais bolsas de metais tem vindo a diminuir desde meados de 2013 e permaneceram com uma quebra de 14% em relação a esse período. Os *stocks* de zinco, chumbo e estanho diminuíram desde o final do primeiro trimestre de 2013 sendo essa quebra de cerca de 23-24% em cada um em relação ao final de 2012. Os *stocks* de alumínio, que têm vindo a aumentar desde o final de 2008, ficaram estáveis em 2013, enquanto os *stocks* de níquel subiram 87% em 2013. Ambos os *stocks* de alumínio e níquel permanecem perto dos seus máximos dos últimos 10 anos.

O forte aumento dos *stocks* após 2008, na London Metal Exchange (especialmente de alumínio, zinco e cobre), reflete o facto de terem sido amarrados a acordos de financiamento, um reflexo da crise de crédito de 2008.

Stocks dos principais metais em bolsa

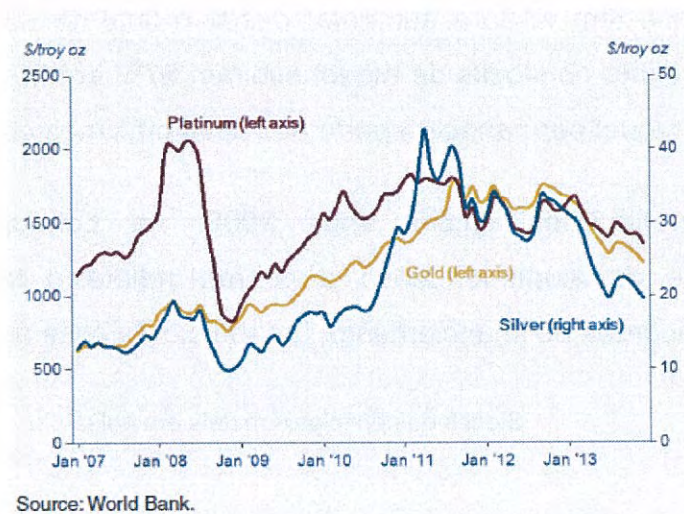


Source: Bloomberg.

Cotações dos metais preciosos

Os preços dos metais preciosos diminuíram drasticamente durante 2013. O índice de preços de metais preciosos do Banco Mundial apresentou, em média, um valor 17% mais baixo em 2013. Este declínio marcou uma inversão de 11 anos consecutivos de aumento dos preços de metais preciosos e reflete as mudanças existentes na percepção de risco global e da inflação, dado o *status* do ouro como sendo um ativo "seguro". Assim destaca-se a diminuição dos preços da prata 23% em média, durante o ano, enquanto que no caso do ouro e da platina a diminuição rondou os 15% e 4% respetivamente em média durante o ano.

Preços de metais preciosos (Platina, Ouro e Prata)



II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O atual Conselho de Administração da EDM iniciou funções em 19 de julho de 2013, portanto, já no decorrer do segundo semestre de 2013. A prioridade inicial do Conselho foi efetuar a análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2013 oportunamente apresentado, assim como de todas as atividades e ações em curso. Para além disto inteirou-se do estado de execução do Orçamento previamente apresentado à data da sua tomada de posse. Após a análise de toda a informação e tendo em conta as melhores práticas de gestão, foram definidos os grandes eixos de atuação estratégica assim como as linhas de ação detalhadas para o seu mandato, triénio 2013-2015, as quais foram submetidos ao Acionista. Desta forma para o 2º semestre de 2013 foi dada continuidade à estratégia definida pelo acionista único da sociedade, conforme orientações gerais oportunamente transmitidas, tendo prosseguido a execução das novas linhas de estratégia para a Empresa referentes aos Recursos Geológicos e inseridas na “**Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos**”, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2012, de 11 de setembro.

De entre as **orientações gerais** há a referir:

- A atuação seletiva de modo a aumentar o conhecimento e promover o aproveitamento dos recursos geológicos na ótica do desenvolvimento sustentado, compatibilizando as vertentes ambiental, de ordenamento do território, económica e social;
- A recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas situadas próximo de aglomerados populacionais, com especial atenção para as antigas minas de urânio. Estas atividades, no que respeita à recuperação ambiental são desenvolvidas no âmbito do “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas” aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, cuja renovação foi aprovada pela RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro, tendo sido assinada a 21 de agosto de 2012 e que constitui a referência fundamental na

prossecução da missão da empresa neste domínio, sendo as demais atuações desenvolvidas ao abrigo do Protocolo com a DGEG.

Neste contexto, a **estratégia** da EDM passou a ser orientada para a consecução dos seguintes objetivos:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Promover o reforço da intervenção na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
- Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
- Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios;
- Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
- Promoção de programas de formação especializada para a Indústria Extrativa;
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

Em termos de **atividades desenvolvidas**, descritas em termos detalhados neste relatório, destaca-se o seguinte:

- *No domínio técnico-ambiental*

- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de € 6.250.559,02;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 327.840,35;
- Apresentação de uma 4ª fase de 5 novas candidaturas ao domínio de intervenção “Recuperação do Passivo Ambiental”, Eixo Prioritário II – “Sistemas Ambientais, incluindo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT);
- Desenvolvimento de ações para promover a internacionalização do conhecimento técnico da EDM desenvolvido nos trabalhos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.

- *No domínio dos recursos minerais*

- Apresentação do pedido para atribuição de uma concessão de prospeção e pesquisa na área denominada Escádea Grande/Góis (ouro), cujo contrato ainda se aguarda a respetiva formalização;
- Realização dos trabalhos contratualizados relativamente às áreas de prospeção e pesquisa da Pingarela, Monte das Mesas e Argozelo, tendo sido realizados investimentos de € 32.403,42, € 262.340,20 e € 320.625,76 respetivamente;
- Acompanhamento da evolução do projeto da Semblana no quadro do acordo de parceria celebrado em princípios de 2005 com a Somincor;
- Acompanhamento da evolução do projeto do Gavião no âmbito do consórcio celebrado com a Almina em 2012, decorrendo nesta fase os encargos por conta daquela empresa;

- Participação no consórcio formado com a Almada Mining para a realização dos trabalhos relativamente às áreas de prospeção e pesquisa e da concessão experimental da Gralheira/Jales e
- Celebração de consórcio com a Redcorp para a valorização de uma área denominada de Lagoa Salgada, decorrendo nesta fase todos os encargos de investimento por conta daquela empresa.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – Foi deliberada, na Assembleia Geral realizada em 3 de abril de 2013, a entrega de dividendos, no montante de € 450.402,44;
- Fornecimentos e Serviços Externos ligeiramente abaixo do orçamento (3,4%), o que reflete a prioridade conferida ao aumento da eficiência da sua atividade e o esforço para o cumprimento das orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado;
- Gastos de pessoal em consonância com as determinações para as empresas do Setor Empresarial do Estado, com o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos e reposição do subsídio de férias, que foi processado no mês de novembro de 2013, excetuando-se os casos em que houve cessação de funções em meses anteriores;
- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de € 547.547,53, inferior em 11% ao previsto no orçamento (€ 620.560,00), embora os resultados antes de impostos (€ 718.384,53) se tenham situado ligeiramente acima da previsão (€ 701.761,00).

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 No domínio técnico ambiental

3.1.1 Concessão



Remediação Ambiental da área Mineira da Urgeiriça – Barragem Nova e Ribeira da Pantanha

A atividade da empresa no âmbito da concessão para a “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas”, serviço considerado de interesse público, atribuído pelo Estado Português, sob a forma de Concessão e em regime de exclusividade, à EXMIN/EDM por DL n.º 198-A/2001, de 6 de julho, com uma duração inicial prevista de 10 anos e que foi renovada por mais 4 anos por RCM n.º 62/2011, de 22 de dezembro, vem sendo pautada pelo desenvolvimento de um plano de atuação, oportunamente estabelecido e em cada ano adaptado ao meios disponibilizados pelo Concedente, através da realização de um conjunto de projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas, com o apoio de fundos comunitários, designadamente do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III 2000-2006) / Programas Operacionais da Economia (POE) e Ambiente (POA) e do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) / Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT).

No decorrer do período que vai do início da concessão, em 2001, até ao final de 2013, foram submetidas 47 candidaturas aos fundos comunitários, das quais 29

foram contratualizados ao QCA III e 13 ao QREN, encontrando-se 5, correspondentes aos projetos submetidos na 4ª fase ao POVT no final de 2013, a aguardar análise e parecer técnico das entidades financiadoras. De destacar ainda que, neste período, foram concretizados, com fundos próprios, 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

O investimento realizado em 2013 totalizou €6.250.559,02 distribuído pelos seguintes projetos:

Investimentos da Concessão Realizados em 2013
Financiamento por via do QREN/POVT

euros

Designação dos Projetos/Candidaturas	Valor dos Investimentos
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Sulfuretos Polimetálicos</i>	
Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal (2ª Fase)	242.063,95
Recuperação na Área Mineira de Aljustrel (3ª e 4ª Fases)	172.889,72
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Urânio</i>	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	307.167,99
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	1.647.770,27
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova – Mina da Urgeiriça	3.355.411,10
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixiosa	105.787,66
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Barrôco I	11.430,05
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Rosmaneira	64.456,53
Monitorização Ambiental nas Áreas Mineiras dos Radioativos – 2011/2013 e 2013/2014	264.054,44
Obras de Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Barracão	50.528,49
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha (a)	-1.414,62
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho	11.176,64
Obras p/Implementação Sistemas Passivos, Tratamento e Descontaminação na Urgeiriça	19.226,80
Total Investimentos da Concessão	6.250.559,02

(a) regularização

No que respeita aos projetos nas antigas áreas mineiras abandonadas de sulfuretos polimetálicos, foram iniciados os processos de contratação pública com vista ao lançamento das fases complementares das obras de recuperação ambiental das áreas mineiras do Lousal (2ª Fase) e Aljustrel (4ª Fase).



Remediação Ambiental da área Mineira da Cunha Baixa

Em relação aos projetos nas antigas áreas mineiras abandonadas de urânio, foi dada continuidade às intervenções nas áreas mineiras de Bica, Cunha Baixa e Urgeiriça, esta última através da realização das obras de renaturalização do leito da Ribeira da Pantanha, assim como das obras necessárias para a selagem final e recuperação ambiental da Barragem Nova, tendo-se concluído as obras de remediação ambiental nas áreas mineiras de Freixiosa, Barrôco I e Rosmaneira. Deu-se continuidade ao cumprimento das atividades de monitorização das áreas mineiras dos radioativos, necessárias garantir durante o desenvolvimento dos respetivos projetos e até que a remediação ambiental nelas seja garantida e demonstrada. Os trabalhos envolvem campanhas de caracterização e de monitorização especificamente direcionadas para os dois principais compartimentos ambientais - Meio Hídrico e Solos, isto para além do acompanhamento técnico ao funcionamento das novas estações de tratamento passivo, construídas sob o apoio financeiro do QCAIII e do QREN, por via de projetos já desenvolvidos e de obras já realizadas ou cuja finalização se encontra prevista concretizar até ao final do ano de 2014.

A atividade de monitorização ambiental reveste-se da maior importância, pois permite dotar o país de um registo histórico de dados fundamentais para

acompanhar a eficácia das ações de remediação ou recuperação ambiental desenvolvidas e que são periodicamente acompanhadas pela Comissão Europeia, ao abrigo do Artigo 35º do Tratado EURATOM.

Em resposta ao convite para apresentação de uma 4ª fase de candidaturas, formulado pela Autoridade de Gestão do POVT em 26 de novembro de 2013, foram submetidas 5 novas candidaturas para a realização de obras nas áreas mineiras de Fontinha, Freixinho, Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica de Rádio do Barracão, assim como para a implementação de sistemas passivos e trabalhos complementares de tratamento e descontaminação na área mineira da Urgeiriça e monitorização ambiental nas áreas mineiras dos radioativos – Fase 2011/2013 e 2013/2014.

As novas candidaturas submetidas preveem uma despesa total elegível de € 14.693.000 e uma dotação de Fundo de Coesão de € 10.285.000, considerando uma taxa de cofinanciamento de 70%. A pertinência destas operações, bem como o seu carácter prioritário, justificam a sua inclusão no atual período de programação (QREN), caso venham a existir verbas disponíveis para o efeito no Eixo Prioritário II do POVT, até ao seu encerramento. Caso a inexistência de verbas disponíveis no Eixo II não permita a aprovação incondicional destas candidaturas, mas se as mesmas venham a ter condições de aprovação, será em regime de *overbooking*, ficando o seu financiamento condicionado à eventual existência futura de verbas disponíveis.

Assim no final de 2013 e no que se refere aos projetos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do POVT, são referenciados no quadro seguinte as 4 fases de candidatura, assim como as perspetivas de evolução até 2015 dentro do atual quadro comunitário. A sua concretização encontra-se como referido anteriormente sujeita aos montantes globais que possam ser consignados a esta medida de atuação pelo POVT.

CONCESSÃO PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS
PROJETOS E OBRAS EM CURSO E PREVISTOS DESENVOLVER NO ÂMBITO DO QREN/POVT
 Eixo Prioritário II - Sistemas Ambientais de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos

euros

MINA / PROJETO	INVESTIMENTO PREVISTO	
	2007 - 2014	2013 - 2015
1ª Fase de Candidaturas		
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas		
Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes - Fase 2007/2009	1.168.000	
Projetos de Execução e Estudo de Incidências Ambientais em 20 Áreas Mineiras dos Radioativos	734.000	
Recuperação Ambiental da Área Mineira da Senhora das Fontes	2.238.000	
Projetos nas Envolventes à Escombreira da Barragem Velha e Zona Industrial da Urgeirica - 2ª Fase	729.000	
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Polimetálicos Abandonadas		
Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal (1ª + 2ª)	2.975.113	3.599.887
Recuperação Ambiental na Área Mineira de Aljustrel (3ª + 4ª)	2.156.427	8.783.573
2ª Fase de Candidaturas		
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas		
Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes - Fase 2009/2011	506.000	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	6.100.000	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	4.200.000	
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova	8.815.000	
3ª Fase de Candidaturas		
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas		
Remediação Ambiental na Área Mineira do Barrôco I	770.000	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Freixiosa	725.000	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Rosmaneira	665.000	
4ª Fase de Candidaturas		
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas		
Obras para implementação de sistemas passivos e trabalhos complementares de tratamento e descontaminação no antigo perímetro mineiro da Urgeirica		5.958.037
Obras de Remediação Ambiental das Minas do Prado Velho, Forte Velho e da Antiga Fábrica do Barracão		5.979.451
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho		641.298
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha		2.618.688
Monitorização Ambiental nas áreas mineiras dos radioactivos - 2011/2013 e 2013/2014		1.405.114
Sub-Total	31.781.540	28.986.048
TOTAL	60.767.588	

O montante de investimento de 60,8 milhões de euros está em linha com os objetivos inicialmente definidos no atual Quadro Comunitário, que dotou esta medida específica de Recuperação de Passivos Ambientais – Minas Abandonadas com 45 milhões de euros de Fundo de Coesão, correspondendo a um investimento global de 64 milhões de euros e que viria a ser alterada com a reafectação dos fundos comunitários em 2012.

No decorrer de 2013 foi redefinido o conjunto de intervenções previstas para o horizonte 2014-2020 de modo a integrar o Novo Quadro Comunitário 2014-2020, com o objetivo de terminar a atuação nas 175 áreas mineiras inventariadas.

RA
h

3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental

Foram entretanto desenvolvidas em 2013 outras atividades na área ambiental, relativas a trabalhos de segurança de locais mineiros abandonados e trabalhos de manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.

- **Segurança de locais mineiros abandonados.** Esta atividade foi desenvolvida ao abrigo do Protocolo de Cooperação estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, linha de Ação 1 – Trabalhos de Segurança, que visa o anular ou mitigar riscos para pessoas e bens, relacionadas com antigas explorações ou trabalhos mineiros, muito em particular das situadas junto a aglomerados populacionais. Nesta temática pontificam as intervenções que, de acordo com decisão da DGEG, são em cada ano implementadas, e que ao longo do território potenciam situações de risco. Integrada nesta linha de ação releva-se, também, a missão de vigilância regular para a deteção de anomalias no domínio da segurança nas 61 antigas minas de radioativos existentes no país.



Trabalhos de Segurança na área Mineira de Ceife

Em 2013 as atuações desenvolvidas neste domínio, com financiamento direto do Protocolo de Cooperação DGEG/EDM, compreenderam a conclusão dos trabalhos de segurança nas áreas mineiras de Ceife, Ferreiros, Fonte Velha, Pêra do Moço, Quinta do Bispo, Mortórios e no Cabeço da Mua em Moncorvo, isto para além de ter sido dada continuidade

RAP
h

ao desenvolvimento de Ações de Controle de Segurança nas áreas mineiras dos radioativos, conforme atrás enunciado.

Ação 1 - Trabalhos de Segurança
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM
euros

Designação dos Projetos	Valor
Intervenções de Segurança em Minas Abandonadas	177.715,23

- **Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.** Esta atividade, a que corresponde a linha de Ação 2 – Minas Abandonadas, do Protocolo de Cooperação, estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, pretende garantir o adequado desempenho das obras de recuperação ambiental desenvolvidas nos últimos anos no âmbito da Concessão, por via da sua manutenção, correção e beneficiação, atividades estas não financiadas por fundos comunitários.

No ano de 2013 foram concluídos os trabalhos de correção e beneficiação da área mineira de Covas e deu-se continuidade ao acompanhamento das condições de funcionamento da estação de tratamento passivo da área mineira de Jales.

Ação 2 – Minas Abandonadas
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM
euros

Designação dos Projetos	Valor
Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação	150.125,12

3.1.3 Outros acontecimentos e iniciativas

Em linha com o desenvolvimento de ações para promover a internacionalização do conhecimento técnico da EDM desenvolvido nos trabalhos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, participou-se em 2013 na Conferência “Mine Closure 2013” realizada na Cornualha – Reino Unido, que reuniu especialistas de todo o mundo neste setor proporcionando a apresentação de resultados de pesquisa e partilha de casos de estudo e melhores práticas no

âmbito da minimização de impactos ambientais e sociais do encerramento de minas.

Ainda neste âmbito, deu-se continuidade aos contatos efetuados anteriormente com a FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Brasil para uma futura colaboração da EDM no Brasil sendo que foi acordada a vinda de um técnico da Fundação para realização de um estágio técnico-científico na EDM, com a duração de 2 semanas, com o objetivo de conhecer a metodologia de hierarquização de áreas degradadas e os projetos que a EDM tem vindo a desenvolver nesta área.

3.2 No domínio dos recursos minerais

O ano de 2013 ficou marcado por uma clara aposta na criação e desenvolvimento de projetos mineiros, quer na vertente de prospeção, quer na vertente de valorização e aproveitamento económico, tendo a EDM adequado a sua estrutura de modo poder responder às diversas solicitações provenientes do desenvolvimento desta vertente na empresa.

3.2.1 Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento

Levantamento dos Recursos Existentes

As recentes subidas generalizadas das cotações dos diversos minérios alteraram drasticamente o panorama dos recursos minerais, nomeadamente no que refere ao respetivo potencial económico. Em Portugal existem diversos alvos mineiros dignos de interesse, dos quais ainda não existe informação suficiente, a justificar por isso a dinamização de novos projetos de prospeção e pesquisa.

Alinhado com as orientações vertidas na Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos, nomeada (ENRG-RM), nomeadamente com o Eixo B - Desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional, e fruto da necessidade de existência de uma base de dados atualizada dos recursos mineiros nacionais, a EDM continuou o levantamento iniciado em 2012 de todas as oportunidades existentes no território nacional, cujos resultados serviram de



base para a realização de diversos pedidos de licenças de prospeção e pesquisa, que culminaram na assinatura, em 2011, dos contratos para os projetos da Pingarela e de Argozelo e em 2012 do Monte das Mesas, cujos trabalhos, a seguir discriminados, prosseguirão em 2014 orientados preferencialmente, para a criação de “Joint-Ventures”, que possibilitarão a partilha dos respetivos custos dos investimentos.

A necessidade da existência de uma base de dados devidamente organizada e atualizada dos recursos mineiros nacionais revela-se determinante na análise e aplicação de qualquer tipo de estratégia económica, razão pela qual durante o ano de 2014, a EDM irá investir na organização da documentação existente e prosseguir com o levantamento e análise de recursos estratégicos existentes no território nacional, numa perspetiva de enquadramento valorativo a médio e longo prazo, tendo sempre como horizonte o patamar de interesse económico.

Projeto Pingarela

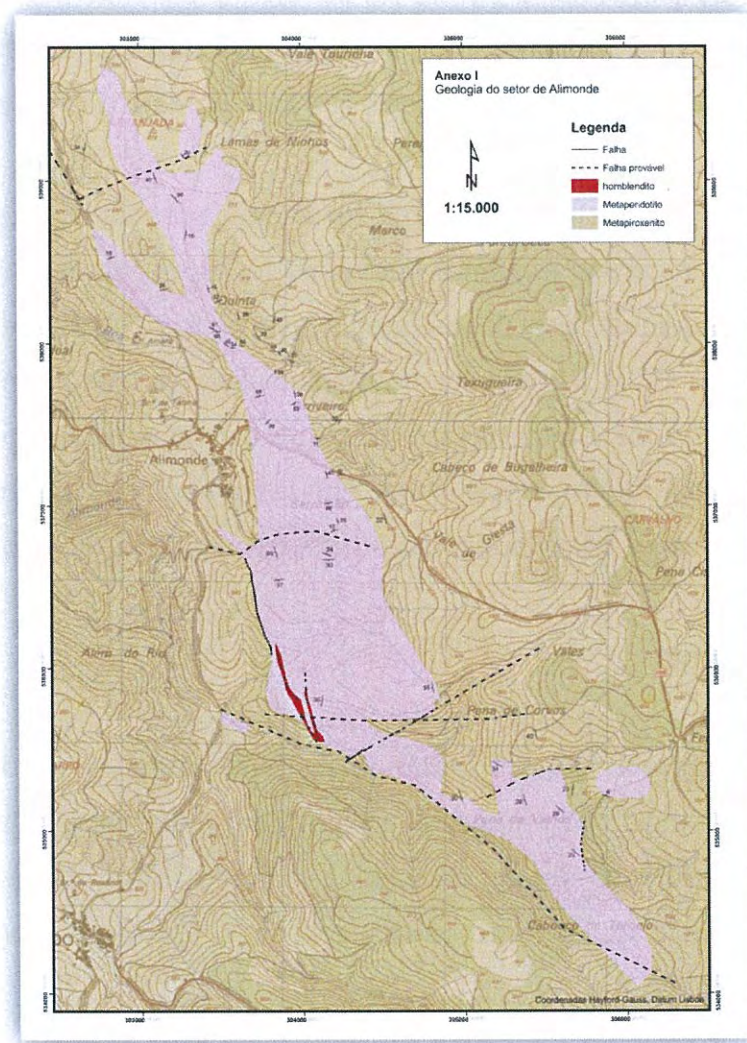
O Projeto Pingarela foi executado pela EDM numa área dos concelhos de Bragança e Vinhais, corresponde ao programa de prospeção e pesquisa de depósitos minerais do grupo da platina, crómio, ouro, prata, cobre, níquel e cobalto, no âmbito do contrato celebrado com o Estado Português, no dia 5 de Dezembro de 2011.

Os trabalhos realizados em 2013 no âmbito do projeto Pingarela passaram em grande parte pelo reconhecimento geológico de sectores-chave, identificados anteriormente pelos trabalhos realizados pela EDM nesta área. Este reconhecimento incidiu principalmente na zona de Alimonde, abrangendo Conlelas, Alimonde, Derruída, Pena de Corvos e Pena de Velhos.

Foi realizada uma campanha de recolha de amostras em canal com o intuito de se definirem litologias portadoras de PGE, assim como verificar a relação destes elementos com zonas de transição litológica bem definida. Os resultados obtidos revelaram que as litologias amostradas não são portadoras de mineralização em PGE (Platinum-Group Elements).

Foram ainda observadas sondagens realizadas na área da Pingarela por outras empresas em projetos de prospeção e pesquisas anteriores. No total analisaram-

se 9 sondagens cuja análise foi dificultada pela inexistência de dados de geoquímica que permitissem uma análise entre litologias e conteúdo em PGE.



Cartografia geológica do sector de Alimonde.

Procedeu-se à revisão de toda a informação existente sobre esta área, sendo que os resultados obtidos levaram à decisão de no final de 2013 dar como concluídos os trabalhos de prospeção e pesquisa nesta área, tendo já sido pedida a respetiva formalização por parte da DGEG.

Em 2013, o montante investido na realização dos trabalhos anteriormente descritos ascendeu a € 32.403,42.

Projeto Argozelo

O projeto Argozelo, em execução pela EDM numa área de cerca de 212km², na zona de Bragança, corresponde ao programa de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de estanho, tungsténio, ouro, prata, cobre e sulfuretos associados, no âmbito do contrato celebrado com o Estado Português, em dezembro de 2011.

Durante o ano de 2013 deu-se início à realização, de acordo com o programa de trabalhos previsto, do desenvolvimento de uma base de dados de suporte informático apoiada num sistema de informação geográfico (SIG) para integrar a diversa informação existente e a adquirir ou recolher sobre a área de prospeção. Este SIG constitui atualmente a base de trabalho usada para planear os trabalhos que se venham a desenvolver. Nele foi projetada a informação histórica, recentemente recolhida, sobre os trabalhos mineiros subterrâneos nos sectores das minas de Paredes, Ribeira e Argozelo, sendo esta informação usada para planear as campanhas de sondagens a efetuar.

Efetuaram-se também levantamentos e processamento de magnética terrestre na zona da mina da Ribeira e na sua continuidade para SE.

Foram realizados diversos reconhecimentos geológicos que tiveram por base identificar as diferentes tipologias da mineralização recentemente redefinidas para esta área e que incluem veios de quartzo mineralizados, granitos greisenizados, brechas hidráulicas e rochas calco-silicatadas mineralizadas. Efetuou-se cartografia geológica de detalhe na zona de Paredes para identificar e caracterizar os veios de quartzo mineralizados com cassiterite e volframite e com o objetivo de identificar e caracterizar as diferentes fácies de greisen que ocorre com mineralização disseminada de pirite, calcopirite, arsenopirite, cassiterite, scheelite e volframite.



Aspeto do granito greisenizado de Paredes

Esta cartografia permitiu individualizar as zonas mineralizadas que ocorrem numa extensão apreciável de greisen e foram investigadas em profundidade por sondagens carotadas. Este trabalho levou à definição de alvos que foram investigados por 8 sondagens carotadas, correspondendo a um total de 2100m furados nas zonas da mina de Paredes e Ribeira. Procedeu-se também à descrição de sondagens antigas realizadas pelo Serviço de Fomento Mineiro na zona da mina da Ribeira tendo as sondagens sido amostradas para análise litogeoquímica multielementar.

Em 2013, o montante investido na realização dos trabalhos anteriormente descritos ascendeu a €320.625,76.

Projeto Monte das Mesas

A EDM deu continuidade à campanha de prospeção na área denominada Monte das Mesas, no concelho de Aljustrel, no âmbito do contrato de prospeção e pesquisa que atribui os direitos de prospeção e pesquisa, de minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro, estanho e pirites, celebrado com o Estado Português no dia 5 de Julho de 2012.

A referida área, coberta na sua quase totalidade pelos sedimentos terciários da Bacia do Sado, foi objeto de várias campanhas de prospeção e pesquisa, a partir

dos anos sessenta do século passado, que incluíram trabalhos de cartografia geológica, levantamentos geofísicos e geoquímicos e várias campanhas de sondagem que conduziram à descoberta do depósito do Gavião. Apesar de não terem sido alcançados resultados positivos nas campanhas sucessivas de prospeção, o seu enquadramento geológico, no prolongamento NW dos alinhamentos vulcano-sedimentares que contêm os depósitos de Feitais–Estação e Algares-Moinho-S-João, após o rejeito provocado pela Falha da Messejana, confere um grande interesse potencial a toda a área.

Em 2013 foi terminada a campanha de sondagens iniciada no ano anterior com a realização de duas sondagens carotadas (MM04 e MM05) que totalizaram cerca de 1000m furados tendo sido efetuada a amostragem das sondagens e a análise multielementar das amostras. Foi também iniciado o desenvolvimento de uma base de dados de suporte informático com base num sistema de informação geográfica (SIG) com a finalidade de integrar a geoinformação existente sobre a área de Monte das Mesas. Procedeu-se também à informatização da informação histórica de geofísica e geologia, bem como à reinterpretação das sequências litológicas intercetadas em sondagens. Este trabalho teve por base os modelos atuais sobre o enquadramento geoestrutural das mineralizações de sulfuretos maciços na Faixa Piritosa Ibérica. A informatização e reinterpretação da informação histórica continua em curso, dada a sua vasta quantidade.



Aspecto das unidades vulcânicas ácidas (parte inferior da foto) e básicas na sondagem MM04.

Recentemente procedeu-se à reinterpretação das sequências litoestratigráficas intersectadas nas sondagens realizadas pela EDM, tendo-se identificado a posição do horizonte mineralizado do Gavião, no sector do Monte das Mesas.

Assim, para 2014 prevê-se investigar a posição deste horizonte em toda a sua extensão, através da realização de campanhas de geofísica e sondagens, uma vez que não existem sondagens anteriores na proximidade onde o horizonte foi reconhecido.

Em 2013, o montante investido na realização dos trabalhos anteriormente descritos ascendeu a € 262.340,20.



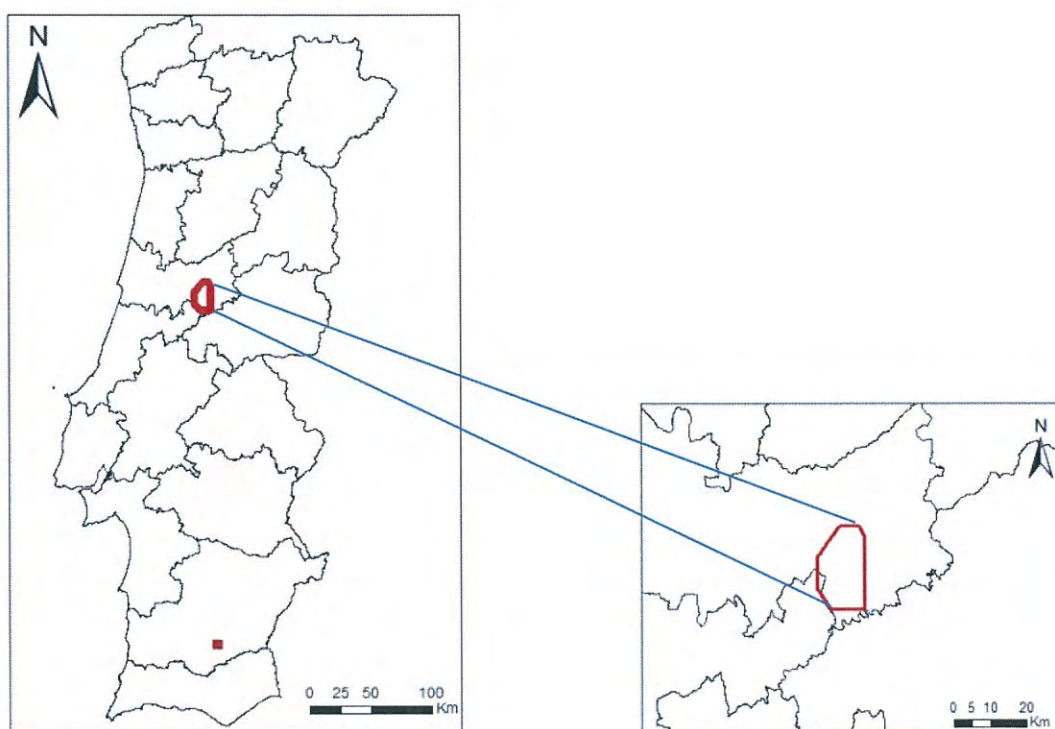
RAF
L

Outros projetos

No âmbito dos trabalhos de base efetuados pela EDM, foram ainda identificadas outras oportunidades que levaram a pedidos de licença de prospeção e pesquisa, designadamente em:

- Escádia Grande/Gois

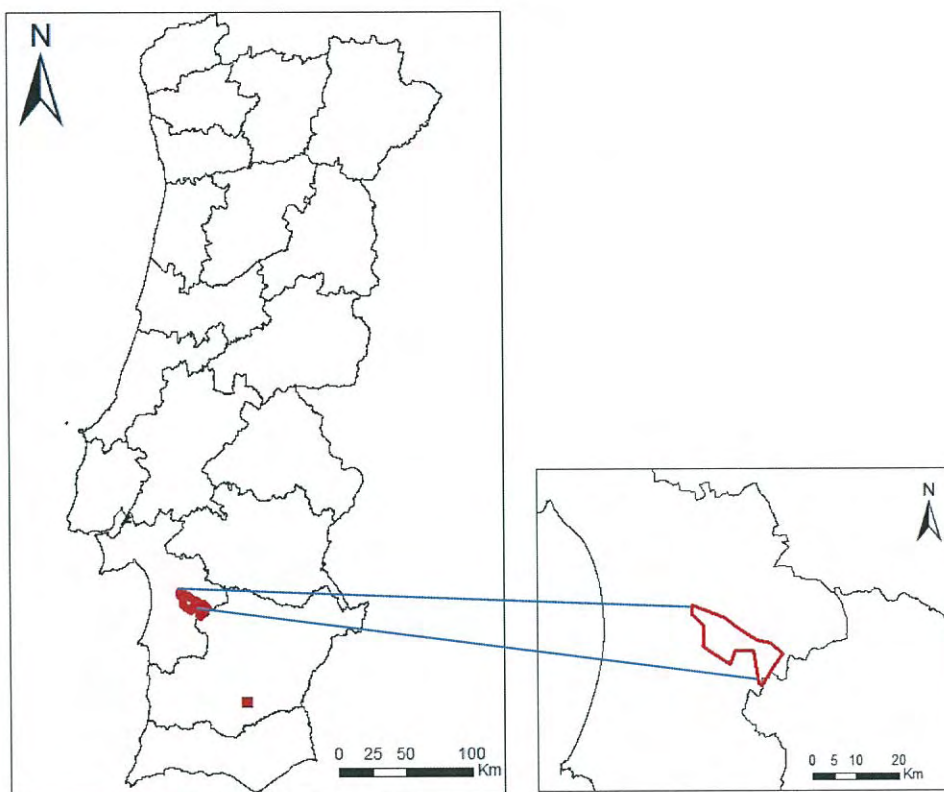
A área da Escádia Grande, com cerca de 252,755 Km², situa-se nos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Arganil, foi requerida ao Estado Português em 2013 para prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, antimónio, e tungsténio, aguardando-se ainda a aprovação da minuta e a assinatura do respetivo contrato.



Localização da área de Escádia Grande

- Lagoa Salgada

Em setembro de 2013 a EDM associou-se, através de consórcio, à empresa portuguesa REDCORP, detentora dos direitos de prospeção e pesquisa da área da Lagoa Salgada, situada no Alentejo, na Faixa Piritosa Ibérica tendo sido neste âmbito efetuado um pedido de prorrogação da duração do contrato por mais 3 anos. Para este consórcio foi negociada uma participação de 15% do projeto em que a EDM não necessita de acompanhar os investimentos que irão ser realizados, tendo apenas uma função de acompanhamento técnico aos trabalhos a efetuar, a realizar essencialmente pelos seus geólogos.



Localização da área de Lagoa Salgada

3.2.2 Atividades de valorização e aproveitamento económico

Na vertente relacionada com “projetos de valorização e aproveitamento económico” a EDM tem vindo a avaliar a sua participação neste tipo de projetos, constituindo-se agente catalisador de investimento internacional:

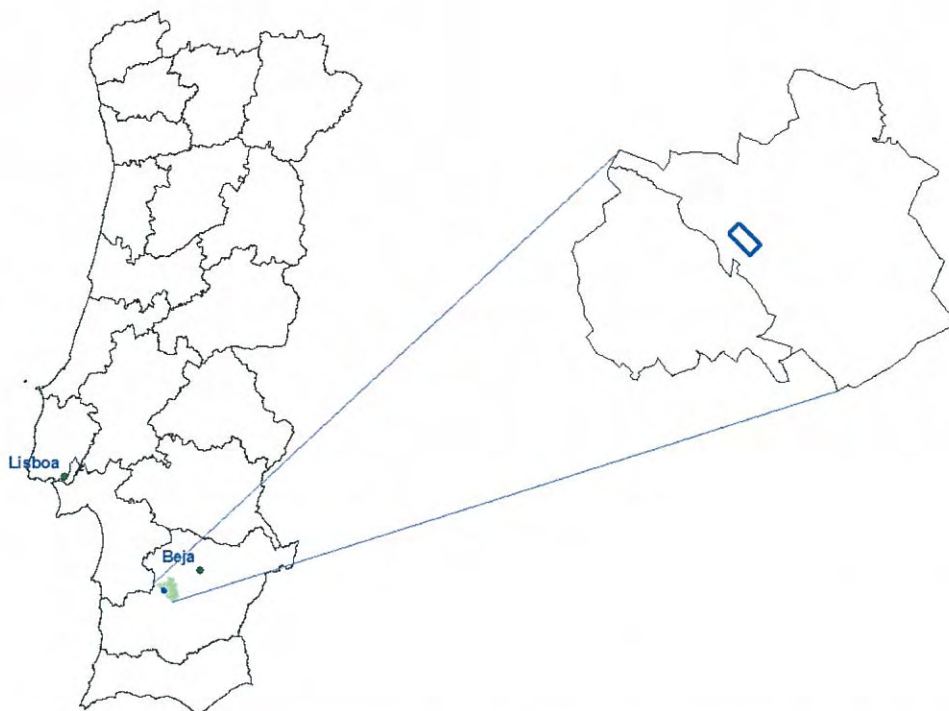
Avaliação da Viabilidade de Projetos

Gavião (Aljustrel)

A concessão para o depósito Gavião é detida na totalidade pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado entre o Estado e a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA., em 15 de julho de 1992.

Com vista ao eventual desenvolvimento do projeto da Mina do Gavião, em 5 de julho de 2012 a EDM assinou um contrato de consórcio com a Almina – Minas do Alentejo, SA. O objetivo foi conseguir uma partilha dos riscos associados à necessidade de investimentos futuros que, até ao valor que a EDM já investiu no passado, serão assumidos pela Almina.

A entrada de um investidor privado neste projeto vem facilitar a prossecução do desenvolvimento da Mina do Gavião, colocando o projeto num patamar superior e por conseguinte mais próximo do objetivo final que é a sua exploração efetiva.



Localização da concessão do Gavião

A jazida de sulfuretos maciços polimetálicos do Gavião localiza-se a cerca de 3 km a W de Aljustrel, sob a cobertura terciária da Bacia do Sado.

A massa principal da jazida, com cerca de 600 metros de extensão, corresponde a uma massa tabular, lenticular, de direção NW-SE, com forte inclinação para NE. Foi interetada por 22 sondagens, entre os 200 e 750 metros de profundidade. A distância entre as interseções mineralizadas é ainda considerada demasiado ampla, de acordo com os códigos atuais da indústria mineira (JORC - Australian Joint Ore Reserve Committee ou CIM - Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum), para se alcançar o grau de confiança necessário a um estudo de viabilidade económica, tendo em vista a sua exploração.

O consórcio formado com a ALMINA tem como objetivo a realização em 3 fases de cerca de 30.000 metros de sondagens que serão acompanhados por estudos mineralógicos e mineralúrgicos, imprescindíveis ao completo reconhecimento do jazigo do Gavião e ao mesmo tempo identificam as técnicas de tratamento do minério, que deverão ser aplicadas, mais tarde, na fase de laboração da Mina do Gavião. Até à data foram realizados 17 sondagens mecânicas num total de 9371 metros com o objetivo de obter um conhecimento mais detalhado das características geomineiras da mineralização do Gavião. Pretende-se assim melhorar o grau de confiança sobre as massas de sulfuretos maciços do Gavião e também averiguar a sua continuidade em profundidade tendo em vista o apuramento da viabilidade económica da sua exploração (em conformidade com os códigos mineiros internacionais). Procedeu-se ainda à amostragem da mineralização intercetada nas sondagens, para análise do conteúdo em metais base, no laboratório ALS. Em 2014 pretende-se dar continuidade à campanha de sondagens, que será planificada tendo em conta a reinterpretação da geoinformação histórica sobre o Gavião e os resultados analíticos adquiridos em 2013.

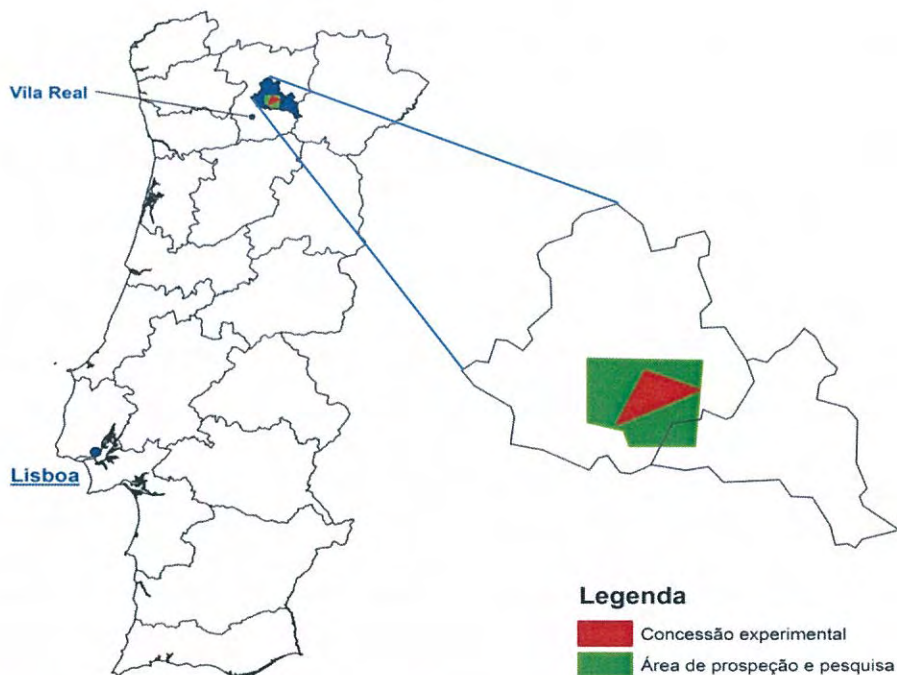
Jales/Gralheira

No âmbito de um procedimento concursal a EDM em consórcio com a Almada Mining, Lda., empresa portuguesa detida pela empresa canadiana Petaquilla Minerals, respetivamente com 15% e 85%, obtiveram em julho de 2012 os direitos de “concessão de exploração experimental” de ouro, prata e minerais associados, para uma área denominada Jales/Gralheira, bem como de uma área adjacente



RAT
L

para “prospecção de pesquisa”, situadas ambas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



Localização das áreas contratualizadas pelo consórcio Almada Mining SA – EDM SA

A área enquadra-se na região mineira dos jazigos auro-argentíferos de Jales, Gralheira e Tresminas, onde existiu exploração mineira desde a época romana e localizando-se a cerca de 400 m para NE da antiga Mina de Jales que fechou nos anos 90 do século passado. Além da antiga Mina de Jales, existem ainda um conjunto de inúmeras pequenas galerias espalhadas pela região.

As localidades mais próximas da área de Exploração Experimental são Cidadelha de Jales e Campo de Jales. Existem ainda outras povoações, mais afastadas, tais como Revel, Raiz do Monte e Reboredo de Jales.

Vários tipos de mineralizações ocorrem nesta região, tendo como exemplo os jazigos auro - argentíferos de Jales, Gralheira e Tresminas, e os jazigos de estanho e volfrâmio, de Justes e Vale das Gatas. Reconhecem-se duas estruturas mineralizadas que são os alvos diretos de prospeção. O filão da Gralheira, de direção geral N101°E e uma inclinação média de 82° para Norte, encaixado em litologias do Complexo Xisto Grauváquico. A outra estrutura é o filão de Campo,

RAP
L

que se estende por cerca de 2 km, de direção NNE-SSW e inclinação de cerca de 80° para NW.

A mineralização aurífera ocorre numa zona de cisalhamento em veios e filonetes de quartzo com clorite, pirite, arsenopirite, galena, blenda, calcopirite e sulfossais de chumbo, zinco e prata, encaixados nos micaxistos biotíticos. Estes veios e filonetes têm possança variável de poucos centímetros, 30-40cm, embora possam alcançar localmente possanças até 1,5 – 2,0m. O conjunto de veios e filonetes mineralizados, evidenciadas à superfície por pequenas escavações, ocorre em segmentos descontínuos, ligeiramente deslocados, com cerca de 400 m cada, ao longo de uma faixa coincidente com a zona de cisalhamento de 10 a 15m de largura e com cerca de 2km de extensão.

Em 2013 foi dado início ao Plano de Trabalhos para ambas as áreas, tendo sido dada prioridade máxima ao reconhecimento da estrutura da Gralheira, que se encontra dentro da área abrangida pelo contrato de exploração experimental. Assim sendo foi iniciada a campanha de sondagens que contemplou a execução de cerca de 10.000 metros de sondagens carotadas num total aproximado a realizar de 36.00 metros, incluindo as sondagens efetuadas no interior das galerias da mina, com o objetivo de melhor caracterizar a estrutura mineralizada. No seguimento destes trabalhos, foram efetuados os respectivos log's, com subsequente amostragem e expedição para o laboratório certificado ALS.

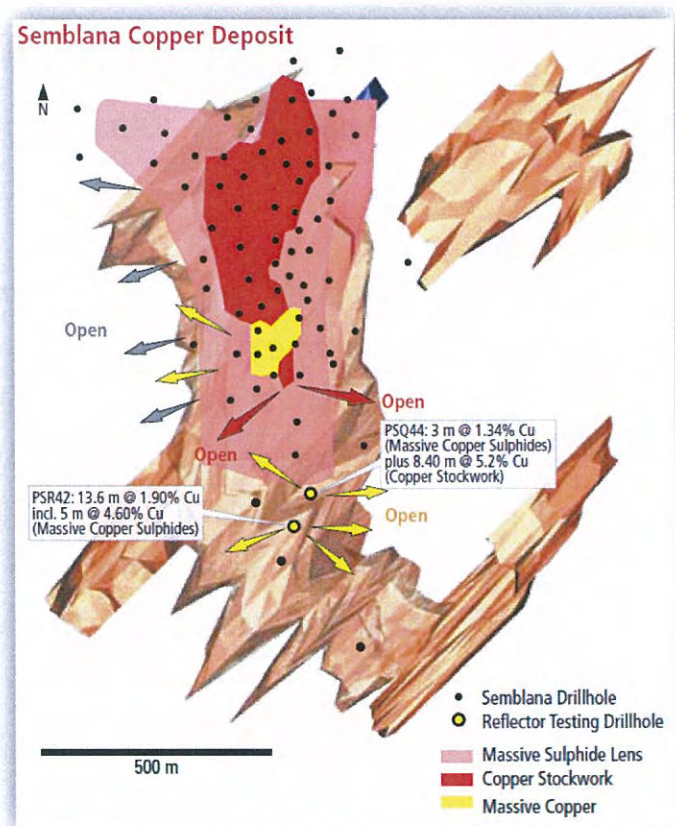
Dado o atraso no início dos trabalhos, não foram apresentadas pelo Chefe de Consórcio, as contas relativas aos investimentos efetuados em 2013 sendo que os atrasos verificados no arranque do projeto foram por razões alheias à EDM.

Semblana

A **faixa piritosa** é um ativo mineiro nacional de elevado interesse, o qual continua a ser observado atentamente por parte da EDM.

No âmbito da privatização da Somincor, foi estabelecido com esta empresa um “Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais”, válido por um período de 10 anos o qual confere à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor venha a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana, no âmbito dos contratos de prospeção fora da concessão de Neves-Corvo.





Massa da Semblana. Adaptado de www.lundinmining.com

Os trabalhos desenvolvidos de forma autónoma pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspetiva ser um forte ativo mineiro. Desta forma a EDM continuou a acompanhar os trabalhos de prospeção realizados pela Somincor durante o ano de 2013.

No início de 2013 surgiu a possibilidade de renegociar o acordo de parceria existente e os moldes em que a EDM poderia acompanhar o desenvolvimento do referido projeto não tendo sido possível ainda a sua concretização uma vez que só após a finalização da negociação entre o Estado Português e a SOMINCOR para a atribuição da respetiva concessão ou integração dessa área na concessão existente que está a decorrer, é que será possível definir os montantes necessários investir, bem como os termos em que a EDM irá acompanhar esse investimento.

Em outubro de 2013 a Somincor apresentou à EDM o estudo de pré-viabilidade, nos termos definidos no acordo de parceria tendo a EDM **comunicado a sua**

intenção de exercer o direito de opção até 15% de participação no projeto, no prazo definido no referido acordo.

3.2.3 Atuação na área da “Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos”

A importância do aproveitamento dos recursos minerais tem vindo a justificar o desenvolvimento de ações de promoção e dinamização dos recursos geológicos. Assim sendo e decorrente das linhas de atuação definidas no Eixo C — Divulgação e promoção do potencial nacional, da ENRG-RM a EDM, em março de 2013, acompanhou o Senhor Secretário de Estado da Energia na visita realizada ao maior encontro mundial do setor mineiro em Toronto, Canadá — PDAC 2013 e no qual foram desenvolvidas ações com vista à divulgação do potencial geológico e mineiro do país bem como de captação de investidores para o setor.

3.2.4 Acompanhamento de iniciativas no exterior

Moçambique

O ano de 2013 ficou marcado pela tentativa da EDM em intensificar os contatos com as diversas empresas ligadas ao setor mineiro, privado e público, e entidades oficiais moçambicanas, nomeadamente a EMEM, empresa congénere moçambicana, no sentido de dar continuidade e concretizar algumas das ações e atividades acordadas em 2012 na área da prospeção e pesquisa mas que por razões diversas ainda não avançaram. Estas ações estão ao abrigo do Memorando de Cooperação Económica, Técnica e Científica, entre a EDM e a EMEM, nos quais as empresas se comprometem a colaborar dentro dos patamares enunciados e em três linhas mais específicas (formação técnica, colaboração em projetos de prospeção e criação de unidades móveis para o tratamento de ouro).

A EMEM tem sido o interlocutor que mais tem sido privilegiado nesta fase, principalmente pelas sinergias identificadas entre as empresas bem como pelo fato de se tratar de um canal de rápido acesso a toda a estrutura que regula a indústria mineira em Moçambique.

Países CPLP

Tendo presente as sinergias criadas por uma língua, uma história e uma cultura comuns, a EDM efetuou contatos preliminares com algumas entidades e empresas presentes em alguns dos países da CPLP no sentido de promover oportunidades na vertente dos recursos minerais nomeadamente na prestação de serviços.

Em particular efetuaram-se contatos em Angola, para prestação de serviços a projetos mineiros que um grupo de investidores pretende lançar, e em Timor, no sentido de potenciar e desenvolver o trabalho efetuado pela EDM em 2002 na identificação do potencial de exploração de águas minerais e respetivo modelo de exploração.

Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

No âmbito do contrato de colaboração com a Direção Nacional de Geologia de Moçambique, assinado em articulação com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a EDM deu continuidade ao acompanhamento da realização de um estudo abrangente dedicado aos recursos minerais de Moçambique, atualizando em versão de língua portuguesa uma publicação de 2004 que só existe em inglês e alargando o seu âmbito a aspetos de aproveitamento económico. Este projeto vai-nos possibilitar o acesso à informação geológica e mineira de base de Moçambique e vai ser muito relevante, não só para as empresas portuguesas que pretendam investir neste setor em Moçambique, mas também como incentivo à criação de novas parcerias com a EMEM e outras empresas.

No decorrer de 2013 foram realizadas diversas ações de trabalho com o autor do estudo, Dr. Siegfried Lächelt, que em coordenação com a EDM está a ultimar a

versão final do referido documento, que incorpora a descrição geológica de Moçambique.

3.3 Atuações diversas

Foram continuadas ou desenvolvidas atuações noutros domínios, de que se destacam:

3.3.1 Protocolo DGEG/EDM

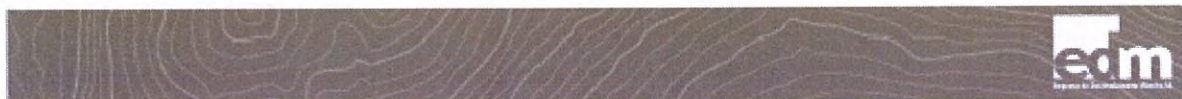
No âmbito do protocolo existente entre a DGEG/EDM e na persecução dos objetivos que constam na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, para além das ações já descritas no capítulo referente à atividade no domínio técnico-ambiental, continuaram a ser desenvolvidas um conjunto de atividades de dinamização e promoção do setor dos recursos geológicos e de que se destacam:

Cluster da Pedra Natural

Trata-se de um projeto dinamizado pelo CEVALOR, envolvendo diversas entidades a nível nacional. A EDM apoiou a criação da “Associação Valor Pedra” constituída em 2009, sendo um dos associados fundadores da mesma. Em 2013 a EDM continuou a sua colaboração com esta entidade com o objetivo de dinamizar o setor.

Roteiro de Minas

O “Roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal”, uma iniciativa enquadrada no protocolo assinado entre a EDM e a DGEG, está disponível na *web* desde maio de 2010 e tem entre os seus objetivos a divulgação científica dos temas mineiros e geológicos, o aproveitamento do potencial de desenvolvimento dos territórios associados às atividades extrativas e a criação de uma imagem pública favorável à atividade mineira.



O Roteiro foi alvo de um protocolo específico entre as entidades atrás mencionadas e cada um dos Parceiros responsáveis no terreno pelas iniciativas relevantes para o projeto. As iniciativas caracterizam-se por um enquadramento institucional, dimensões e características diferenciadas, mas necessariamente relacionadas com a geologia e minas.

Muitas dessas iniciativas locais estão relacionadas com os trabalhos realizados/em realização pela EDM, procurando-se um efetivo aproveitamento desses espaços, nomeadamente pelas populações locais. Presentemente o Roteiro conta com 31 Parceiros, 34 Locais, e mais de 100 Pontos de interesse mineiro e/ou geológico, passíveis de visitação.

Dos principais desenvolvimentos ocorridos no ano de 2013 destacam-se:

- Plataforma informática: no quadro do futuro “Portal de Recursos Geológicos” foi efetuada uma primeira avaliação da plataforma tendo-se produzido um caderno de encargos para a sua reformulação;
- Identificação e relacionamento com novos Parceiros: na sequência das visitas aos potenciais locais de interesse, resultaram novas adesões ao projeto e introdução de conteúdos referentes a 4 novos locais;
- O Encontro Anual de Parceiros e Formação realizou-se em Vila Pouca de Aguiar (Junho) a convite da respetiva autarquia e da empresa Vitaguiar EM;
- Semana dos Parceiros: Realizou-se pela primeira vez a “Semana do Roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal”, onde foram desenvolvidas 51 atividades únicas, que foram divulgadas em simultâneo, tendo-se alcançado um maior impacto (Programa teve 6.400 consultas);
- Colaboração com entidades externas: a fim de garantir a adequada visibilidade das atividades do Roteiro e dos seus Parceiros foram estabelecidos e aprofundados os contatos com outras entidades externas ao Roteiro, onde podemos destacar o Turismo de Portugal IP e as Entidades Regionais de Turismo. Destaca-se a assinatura de um protocolo de colaboração com a ERT Centro de Portugal e a edição do “Geologia e Minas a Norte de Portugal” pela ERT Porto Norte de Portugal.

3.3.2 Stock urânio

Na sequência da decisão do Estado em transferir os concentrados de urânio do LNEG para a EDM, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho e de acordo com o relatório de avaliação do ROC elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança do stock de concentrados de U_3O_8 . Este stock de concentrado de U_3O_8 , que à data, totaliza 198,5 toneladas, vem sendo objeto de visitas aleatórias para controlo, quer do EURATOM quer da AIEA, tendo a referente a 2013 sido realizada em setembro.

Em face das condições atuais de mercado e das expectativas de valorização futura das cotações, perspetivando-se o início da sua recuperação a partir do final de 2015, não é intenção da empresa proceder à venda nesta fase ou num curto espaço de tempo pelo que foi decidido manter a sua valorização inicial.

3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeiriça

Na sequência da assinatura de Protocolo com a Comissão de Moradores dos Bairros Mineiros da Urgeiriça, em 14 de abril de 2008, com vista à medição dos níveis de radão nas habitações e a eventuais intervenções, e após definição dos tipos dessas intervenções em sequência do estudo de caracterização radiológica efetuado pelo Departamento de Ciências da Terra, da Universidade de Coimbra, desencadeou-se em 2012 o processo de realização de obras nas 3 casas piloto previstas no protocolo. No decorrer do ano de 2013 deu-se continuidade à reparação da primeira habitação, cuja conclusão, está prevista para o 1º trimestre de 2014.

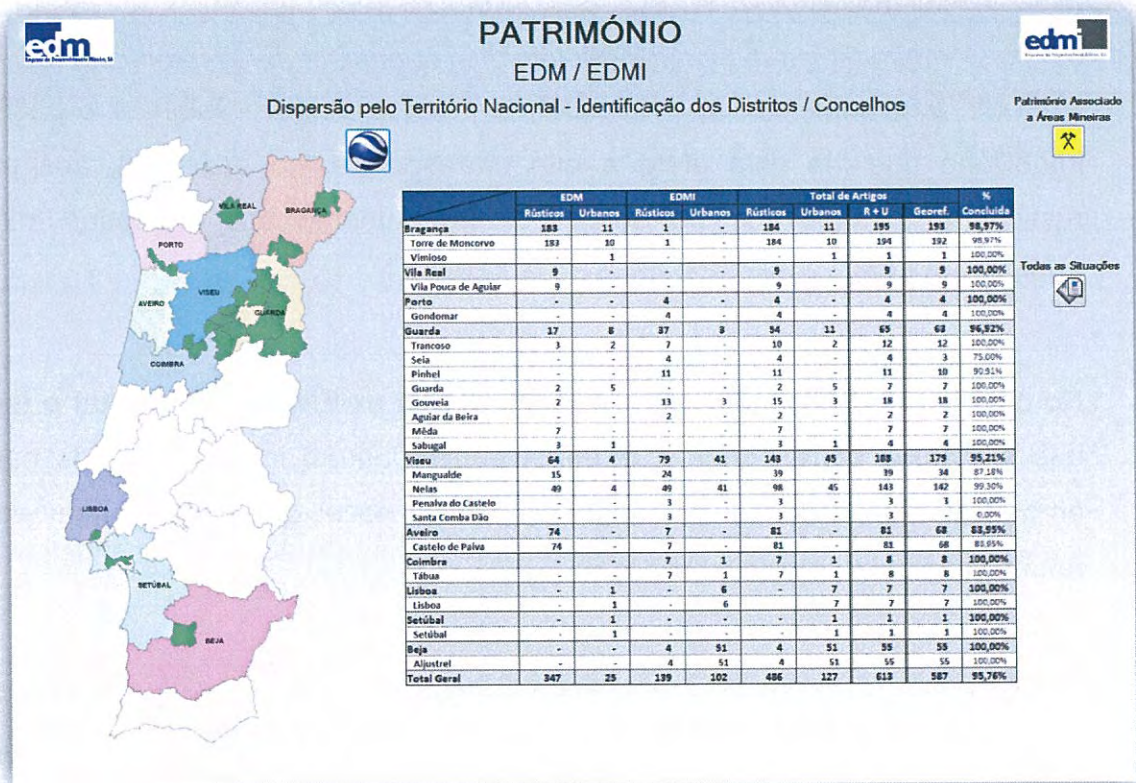
3.4 Participada EDM-Empresa de Projetos Imobiliários

A EDM, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No caso concreto dos imóveis transmitidos pela ex-ENU, há a registar o facto de que a maioria corresponde a terrenos que requerem intervenções de natureza ambiental, não estando pois nas condições necessárias para uma eventual rentabilização ou, mesmo alienação.

No exercício de 2013, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios, sendo de realçar, que no exercício não foi possível concretizar quaisquer vendas de imóveis. A comercialização do loteamento Casas do Moinho, Malpique em Aljustrel, não está a ter o desenvolvimento pretendido fruto da situação de crise que o país atravessa, sendo determinante para este processo a falta de financiamento bancário.

O processo de georreferenciação dos imóveis encontra-se em estado final de realização tendo sido desenvolvida durante 2013 a plataforma informática que agrega essa informação.



Relativamente às contas do exercício de 2013, destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.909.384,61), Resultados Líquidos (€ -23.737,80), Capital Próprio (€ 931.077,83). O valor do Passivo (€5.978.306,78) engloba o valor da dívida à EDM (€ 5.870.919,07), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

IV. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2013 foi de 19, dos quais 4 com contrato a termo. Em 2013 não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias tendo sido aplicadas as reduções salariais decorrentes da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro mantidas pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do OE 2013).

Durante o exercício saíram, por motivos de reforma, 3 trabalhadores, o que aliado à redução havida nos 2 anos anteriores, justificou a necessidade de pedir ao Ministério das Finanças autorização para contratação de 3 novos técnicos, nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2013. Esta autorização foi obtida já no final do ano tendo a empresa, ainda em dezembro, celebrado contratos a prazo com dois técnicos, um para a área ambiental e outro para a área dos recursos minerais.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente nas áreas técnicas.

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2013 foram os seguintes:

- Distribuição de resultados líquidos ao acionista, no montante de € 450.402,44, efetuada em maio de 2013, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral de 3 de abril de 2013;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 6.250.559,02;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 327.840,35;
- Recebimento do montante de € 3.606.604,50 do QREN, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos de recuperação ambiental;
- Recebimento do montante de € 503.554,00, relativo a parte dos investimentos da concessão “não elegíveis” a fundos comunitários referentes ao ano de 2009; no final do ano encontrava-se por receber o montante global de € 1.131.169,74 relativos a pedidos de reembolso de despesas não elegíveis desses dois anos;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de € 164.833,53, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Relativamente ao contencioso de IVA que a EDM tem mantido com a Administração Fiscal há duas décadas, a Empresa continua a desenvolver esforços no sentido de poder recuperar o montante de € 972.586,60 pago em 2012 na sequência da notificação de pagamento sob pena de acionamento das garantias bancárias. Como referido em relatórios anteriores este processo teve origem numa liquidação adicional de IVA relativa a imposto de 1988 a 1992, baseado numa interpretação da Administração Fiscal diferente da utilizada pela empresa no que concerne ao tipo de operações enquadráveis em sede de IVA. Idêntico procedimento foi aplicado pela Administração Fiscal nos anos

subsequentes. Em fevereiro de 2010 a EDM foi notificada da extinção do primeiro processo de execução por prescrição das dívidas exequendas e libertadas as garantias bancárias existentes para logo em julho do mesmo ano ser confrontada com as notificações dos processos n.ºs 3255199301032364 e 3255199301034596 para pagamento dos montantes de € 997.091,76 e de € 45.996,15, respetivamente, compreendendo imposto e juros de mora. Foram solicitados os fundamentos destas notificações, interposto recurso hierárquico e deduzida oposição em Tribunal, tendo sido prestadas novas garantias bancárias. Em 2012 a EDM foi compelida a efetuar o pagamento de €972.586,60 sob pena de acionamento das garantias bancárias, pelo que de imediato avançou com a reclamação. O processo, com avanços e recuos, ainda continua invocando a EDM a prescrição dos montantes em litígio.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço e Demonstração de Resultados e anexos, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de € 547.547,53;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de € 873.900,91, que se referem à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de € 624.232,68, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 183.131,67), de energia e fluidos (€ 65.605,79), vigilância e segurança (€ 75.414,46), rendas e alugueres (€ 60.496,24);
- Gastos com pessoal, no montante de € 1.139.837,12, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de € 312.841,37 e as remunerações e encargos sociais do pessoal no montante de € 826.995,75; o valor registado é superior em 13,6% ao valor registado em 2012 em consequência da reposição dos subsídios de férias e de Natal bem como das alterações ocorridas na composição do Conselho de Administração;

- Outros rendimentos e ganhos, no montante de € 1.329.433,68 que compreendem rendimentos suplementares de € 25.542,04, outros proveitos operacionais de € 131.815,66, rendimentos de alienações € 91.985,87 e outros rendimentos em ativos financeiros de € 1.080.000,00 relativo à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;
- Outros Gastos e Perdas no montante de € 156.936,12 dos quais € 9.552,68 se referem a impostos e taxas, €23.737,80 a perdas em associadas, € 88.100,58 ao projeto Pingarela e € 35.545,06 a outros;
- Gastos de amortizações, no montante de € 96.369,98;
- Juros e rendimentos similares obtidos de € 615.149,00 relativos a rendimentos de aplicações financeiras;
- Juros e gastos similares suportados de € 2.723,16;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de € 170.837,00 relativo a IRC, tributação autónoma e derrama;
- Ativo não corrente, no valor de € 15.702.563,41, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€ 5.870.919,07) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€ 3.568.229,76);
- Ativo corrente no montante de € 56.795.243,72;
- Passivo não corrente de € 2.084.532,56, dos quais € 1.964.032,87 relativos a provisões;
- Passivo corrente de € 16.595.569,23, dos quais € 13.781.771,96 respeitam a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2013 é de € 72.497.807,13 e o Capital Próprio de € 53.817.705,34.

VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista da sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., não definiu os objetivos gerais de gestão ou as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade para o ano de 2013.

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais: uma de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão; e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista. A empresa presta ainda serviços especializados nos domínios dos Geo-Recursos e do Ambiente.

Assim foram prosseguidos os objetivos anteriormente definidos

Objetivos Gerais

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico.
- Recuperar e valorizar, na vertente ambiental, as antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, bem como monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.

Embora não tendo sido celebrados contratos de gestão nem objetivos quantificados como referido atrás a apreciação da atividade desenvolvida em 2013 permite concluir, pelas candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos realizado e em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, que os objetivos foram alcançados.

Embora tenham sido definidas pelo acionista orientações específicas de gestão não foram fixados objetivos nem celebrados contratos de gestão.

Para além dos aspetos relacionados com os **princípios orientadores de gestão** que a empresa tem vindo a implementar e **das orientações gerais do setor** que o CA tem tido em consideração nas ações e atividades desenvolvidas, as **orientações específicas transmitidas** ao Conselho de Administração contemplam duas dimensões:

- Uma associada à recuperação e valorização na vertente ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, envolvendo a monitorização e controle de efluentes em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir com as normas internacionais;
- Outra orientada para contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e a criação de valor para o acionista.

A atividade descrita neste Relatório e Contas comprova que a EDM deu cumprimento de forma eficiente e relevante durante o ano de 2013 às orientações fixadas naquelas duas dimensões destacando-se:

- No que respeita à **dimensão ambiental** da atividade da EDM a empresa tem em curso, no âmbito da concessão, um volume de investimentos na ordem dos 9 milhões de euros, de um total de 44,165 milhões associados a candidaturas contratualizadas e apresentadas, no âmbito do POVT. O

programa de investimentos no valor global de 16,603 milhões de euros relativos à 4ª fase de candidaturas submetido ao POVT em dezembro de 2013, aguarda ainda a garantia de financiamento da contrapartida nacional das despesas elegíveis e das despesas não elegíveis.

Ainda no domínio ambiental a EDM desenvolve outras atividades na área da segurança cujos investimentos em 2013 ascenderam a cerca de € 177.715,23 euros.

- Na vertente dos **recursos minerais** prosseguiram os trabalhos relativos às áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo e Pingarela contratualizadas em dezembro de 2011 com o Estado Português, sendo que neste último caso deu-se como concluídos os trabalhos em face dos resultados obtidos, iniciaram-se os trabalhos e atividades tendo em vista a viabilização económica da área para prospeção e concessão experimental de ouro em Gralheira/Jales, em consórcio com a sociedade Almada Mining, SA (participada pela Petaquilla Minerals, Ltd.), acompanharam-se as atividades desenvolvidas pela Almina, SA, no âmbito do consórcio para prosseguir o estudo de avaliação da viabilidade económica do jazigo do Gavião e acompanhou-se o acordo de parceria com a Somincor, retomaram-se os contactos visando a internacionalização da empresa nos países da CPLP, com prioridade para Moçambique, através do protocolo de cooperação com a EMEM. Sublinhe-se, também neste domínio, o desenvolvimento de ações no âmbito da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, nomeadamente através de ações de promoção e divulgação do potencial nacional com o intuito de alavancar este setor, de grande importância quer a nível nacional quer comunitário, tendo em consideração o elevado potencial geológico-mineiro do país.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2013 não foi feita a atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2013 tendo sido mantidas as reduções remuneratórias nele definidas.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2013 aos membros do Conselho de Administração.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos desde janeiro de 2013.

Gestão do Risco Financeiro

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 74%.

Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Os valores registados na rubrica do balanço “financiamentos obtidos” referem-se a ALDs de equipamentos e sofreram um redução de 73% relativamente ao ano anterior.

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€) a)	2.762,14	3.990,51	3.965,11	2.351,77	838,17
Taxa Média de Financiamento (%)	3,58%	3,85%	4,06%	4,38%	3,68%

a) juros suportados

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	6.227,99	0,00	-6.227,99	
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	29.714,23	9.639,81	-20.074,42	
Total Passivo Remunerado	35.942,22	9.639,81	-26.302,41	-73,2%

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			N.A.	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			N.A.	
Diversificação de entidades credoras			N.A.	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			N.A.	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			N.A.	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			N.A.	
Minimização da prestação de garantias reais			N.A.	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			N.A.	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			N.A.	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			N.A.	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			N.A.	
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			N.A.	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			N.A.	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
			N.A.	

Legenda:

FC – Fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – Sim

N – Não

N.A. – Não Aplicável

Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2012 e 2013 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

PMP	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013/4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo	17	16	16	16	39	34	28	24	66,67%

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2012

As recomendações e deliberações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2012 foram cumpridas designadamente no que respeita à aplicação de resultados e política remuneratória do órgão de administração de não atualização da componente fixa salarial da remuneração e da não atribuição no período 2010/2013 de qualquer componente variável, sem prejuízo das normas de redução remuneratória previstas no Orçamento de Estado para 2013.

Os dividendos, no valor de €450.402,44, foram pagos no mês de maio, na sequência da Assembleia Geral realizada em 3 de abril de 2013.

Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração. Os órgãos sociais são os seguintes:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

Os órgãos sociais para o triénio 2013-2015 foram eleitos através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista em 19 de julho de, com a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes
- Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

- Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria
- Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Fiscal Único

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC, representada por Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – José Carlos Nogueira Faria Matos

Atribuições do Conselho de Administração

A gestão da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, cujas funções estão definidas no artigo 13º do contrato de sociedade e no Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho é composto atualmente por 2 membros, com funções executivas:

Presidente

Estratégia Geral; Representação Externa; Relações Institucionais; Coordenação Geral; Comunicação; Cumprimento das deliberações; Coordenação Técnico-Ambiental e Concessão; Coordenação de Negócios e Projetos na vertente de Recursos Minerais; Projetos de Investigação; Projetos de Segurança; Participadas na vertente Ambiental e EDMI.

Vice-Presidente

Gestão Administrativa, Património, Financeira e Jurídica; Relação institucional com a tutela financeira; Recursos Humanos; Gestão de Projetos na vertente de Recursos Minerais; Participadas na vertente de Valorização dos Recursos Minerais; Gestão Técnico-Ambiental e Concessão; Desenvolvimento de Negócio na vertente de Valorização de Recursos Minerais e Ambiental; Substituição do Presidente.

Fiscal Único

A fiscalização da sociedade está atribuída a um Fiscal Único que é Revisor Oficial de Contas.

Auditor

O auditor externo da Empresa é a BDO & Associados.

Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

- até 19 de julho de 2013: Presidente - € 581,19 e Secretária - € 365,93, de acordo com a ata da Comissão de Fixação de Vencimentos datada de 20 de dezembro de 2004, valores que foram reduzidos, por indicação dos próprios, em 10%;
- a partir de 19 de julho de 2013: Presidente - € 500,00 e Secretária - € 350,00, de acordo com a Deliberação Social Unânime por Escrito de 19 de julho de 2013.

Senhas de presença (€)	Presidente	Secretário
2013	523	329

Fiscal Único/ROC

	2013	2012
Remuneração Anual (€)	12.290,00	12.240,00

RF
E



Conselho de Administração

Em 19 de julho de 2013 através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista nessa data, a qual também nomeou o novo Conselho de Administração, o Acionista procedeu à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do DL n.º 71/2007, de 27/03, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18/01, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), da RCM n.º 16/2012, de 9/02, e da RCM n.º 36/2012, de 15/03, como se segue:

Presidente

Valor mensal líquido: € 4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.831,28, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente

Valor mensal líquido: € 4.120,38, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.648,15, pago 12 vezes por ano;

Vogal

Valor mensal líquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02, pago 12 vezes por ano.

Estes valores são líquidos, sendo-lhes aplicáveis as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.

Até 19 de julho de 2013 as remunerações processadas aos membros do Conselho de Administração também foram processadas de acordo com a RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro e da RCM n.º 36/2012, de 15 de março.

	Vencimento	Despesas representação	Total
Presidente	3.914,36	1.565,74	5.480,10
Vice-Presidente	3.522,92	1.409,17	4.932,09
Vogal	3.131,49	1.252,60	4.384,09

(*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.ª da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com as tabelas remuneratórias aprovadas em 2012

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2013 aos membros do Conselho de Administração

Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2013	2012
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

Os quadros seguintes apresentam a informação anterior conforme orientações da DGTF.

Apêndice 1

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2010-2012	Presidente	Teresa Flor Morais	581,19	581,19	58,12	523,07
2010-2012	Secretária	Maria Manuela Salvador	365,93	365,93	36,59	329,34

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Em 19 de julho de 2013 foram fixados os seguintes valores das senhas de presença:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500,00	500,00	50,00	450,00
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00	35,00	315,00

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Conselho de Administração

Mandato I (1 de janeiro a 19 de julho de 2013)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc (1)	Data
2010-2012	Presidente	Rui da Silva Rodrigues	AG	04.06.2010
2010-2012	Vice-Presidente	Mário Jorge Ferreira Guedes	AG	04.06.2010
2010-2012	Vogal	José Manuel Gaspar Nero	AG	04.06.2010

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais(€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Rui da Silva Rodrigues	1935	CGA	8.377,00	1.654,18	1.405,00	532,00		
Mário Jorge Ferreira Guedes	1935	SEG.SOCIAL	9.039,00	1.654,18	1.405,00	532,00		
José Manuel Gaspar Nero	2070	SEG.SOCIAL	8.824,00	1.654,18	1.405,00	532,00		

Nome	Acumulação de Funções - valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	[€]	[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues	EDMI	Presidente	Público	0	0	0
Mário Jorge Ferreira Guedes	EDMI	Vogal	Público	0	0	0
José Manuel Gaspar Nero	EDMI/IST	Vogal	Público	0	0	0

Nota: no caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui da Silva Rodrigues			
Mário Jorge Ferreira Guedes			
José Manuel Gaspar Nero			

Nota: Não autonomizado face a contrato global

Encargos com Viaturas									
Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações
[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]				[€]	[€]	[€]
N	N	46.815	Própria	-	-	-	-	-	
N	N	28.923	ALD	2010	2014	48	863	6.043	
N	N	35.023	ALD	2010	2014	48	1.032	6.196	

Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Rui da Silva Rodrigues		1.969,00		2.015,01	1.594,56	
Mário Jorge Ferreira Guedes		2.352,00		900,40		
José Manuel Gaspar Nero		1.017,00		0,00		

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]		[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues	3369		1188			4557
Mário Jorge Ferreira Guedes	2463		1188			3651
José Manuel Gaspar Nero	481		0			481

RAT
P

Mandato II (19 de julho a 31 de dezembro de 2013)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc (1)	Data
2013-2015	Presidente	Carlos Augusto Amaro Caxaria	DUE	19.07.2013
2013-2015	Vice-Presidente	Ricardo Amaral e Belino Pinto	DUE	19.07.2013

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)		identifica/n.a.	[O/D]
Carlos Augusto Amaro Caxaria	S	C	3.914,36	1.565,74	DGEG	D
Ricardo Amaral e Belino Pinto	S	C	3.522,92	1.409,17	-	D

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores *	Bruta após Reduções
Carlos A. Amaro Caxaria	0	41.475,86	-	2.073,79	3.940,21		35.461,86
Ricardo Amaral B. Pinto	0	37.328,41	-	1.866,42	3.546,20		31.915,79

Nota:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração +despesas de representação

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais(€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				identifica	Valor
Carlos A. Amaro Caxaria	1.500,00	CGA	7.089,55	1.654,18	a)	a)		
Ricardo Amaral B. Pinto	1.605,00	SEG.SOCIAL	7.729,96	1.654,18	a)	a)		

a) A aguardar decisão da seguradora

Nome	Acumulação de Funções - valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	[€]	[€]	[€]
Carlos Augusto Amaro Caxaria	EDMI	Presidente CA	Público	0	0	0
Ricardo Amaral e Belino Pinto	EDMI	Vogal CA	Público	0	0	0

Nota: no caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Augusto Amaro Caxaria	32,44	194,64	2º semestre 2013
Ricardo Amaral e Belino Pinto	20,24	121,44	2º semestre 2013

Encargos com Viaturas									
Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações
[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]				[€]	[€]	[€]
	N	46.815	Própria	-	-	-	-	-	
	N	35.023	ALD	2010	2014	48	1.033	6.196	

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Carlos A. Amaro Caxaria		2.062,79		2.303,81		2º sem 2013
Ricardo Amaral B. Pinto		1.203,34		2.890,33	894,29	2º sem 2013

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]		[€]	[€]
Carlos .A Amaro Caxaria	821		1.375,00			2.196,00
Ricardo Amaral B. Pinto	178		250,00			428,00

Órgão de Fiscalização/ Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc.(1)	Data	Limite Fixado	Contratada	
2013-2015	Fiscal Único	Patricio da Silva	320	DUE	19.07.2013	12.290,00		2
2013-2015	Suplente	N. Faria Matos	1034	DUE	19.07.2013	-		0

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
RSM	12290	[€]	12290

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
BDO&Associados	29	1122	2002	-	16.440,00		16.440,00

Restantes trabalhadores

Aos trabalhadores foi aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, mantidas pela Lei nº 66-B/2012 que aprovou o Orçamento de Estado para 2013.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos desde janeiro de 2013.

Aplicação do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não

se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Orientações relativas a normas de contratação pública

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDM segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública BizGov.

Não se celebraram atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

Racionalização das políticas de aprovisionamento

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, encontrando-se em análise a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas. A EDM não adquiriu nenhum veículo durante o ano de 2013.

Plano de redução de custos para 2013

Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais

A EDM tem, nos últimos anos, vindo a reduzir os gastos operacionais. Relativamente a 2013 a previsão de gastos em Fornecimentos e serviços externos era de € 646 320 e o valor real foi de €624.232,68, enquanto que na rubrica de gastos de pessoal se previu o montante de € 1.198.919 e o valor real



PAP
L

registrado foi de €1.139.837,12, apesar de terem sido suportados os subsídios de férias não previstos na elaboração do orçamento de 2013 mas também se registaram saídas de técnicos durante o ano.

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com comunicações**

A empresa tem, nos últimos anos, procurado otimizar os gastos em comunicações considerados operacionais dada a dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. Refira-se que, os gastos com transmissões de dados relativos a monitorizações de índole ambiental estão incluídos nas verbas indicadas. Nesta matéria foi racionalizado o sistema de comunicações que nesta fase se considera estabilizado.

- Medidas no âmbito da redução das **ajudas de custo e deslocações**

As ajudas de custo são uma componente dos gastos com pessoal daí que no mapa que se segue, o valor de gastos com pessoal está deduzido do valor das ajudas de custo para que não haja duplicação. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e a imputação a projetos.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010	
						Absoluta	%
CMVMC (m€)	0	0	0	0	0	0	
FSE (m€)	973	788	581	520	624	-164	-20,9%
Deslocações/Estadas	27	30	19	17	12	-18	-59,9%
Ajudas de custo	0	3	4	4	5	2	77,8%
Comunicações	55	54	46	37	36	-18	-33,4%
Gastos com o pessoal (m€)	1.277	1.380	1.122	999	1.134	-246	-17,8%
Total	2.333	2.255	1.770	1.578	1.811	-444	-19,7%
Volume de Negócios (m€)	2.333	2.282	2.019	1.864	1.953	-329	-14,4%
Peso dos Gastos no VN (%)	100,00%	98,80%	87,68%	84,65%	92,71%		-6,2%
RH no final do Período	25	24	23	23	22	-2	-8,3%

Nota: Volume de negócios- Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Rendimento da remuneração de capital afeto à concessão

- **Da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes**

A EDM tem uma dimensão pequena e apenas uma direção. O Conselho de Administração nomeado em julho de 2013 é composto por 2 membros, o anterior tinha 3. Nos valores de gastos com pessoal também estão considerados os valores do Fiscal Único.

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	20	19	18	18
Número de cargos dirigentes sem O.S.	1	1	1	1
Número de órgãos sociais	4	4	4	4
Gastos totais com pessoal	1.383.243	1.125.721	1.003.420	1.139.837
Gastos com Órgãos Sociais	324.686	282.993	244.381	[€]
Gastos com Dirigentes	83.137	75.579	63.433	75.579
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes	975.421	767.149	695.606	751.417
Rescisões / Indemnizações (€)	54.592	0	4.000	0

Princípio da unidade de tesouraria

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria. A EDM, à medida do vencimento das aplicações, procedeu à sua transferência para o IGCP, onde concentrou as suas disponibilidades (98%).

Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	Não existiram
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Deveres especiais de informação

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis (Despacho nº 14277/2008 de 23 de maio) através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, contas previsionais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

Cumprimentos das obrigações legais – Quadro síntese (Apêndice 2)

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2013, apresenta-se de seguida, o quadro síntese das obrigações legais:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência a ponto relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 2			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 3			X	n.a.	Não foi fixado
Gestão do Risco Financeiro			X	n.a.	Não há passivo bancário
Limites de Crescimento do Endividamento	S			-73%	
Evolução do PMP a fornecedores	S			-8	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S				Não há atrasos
Deveres Especiais de Informação	S				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1- Distribuição de dividendos	S			450.402,44	Pagamento efetuado
Recomendação 2- Orientações para remunerações dos órgãos sociais	S			100%	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.37º Lei 66-B/2012	S			n.a.	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	S			21.258,40	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			10.981,25	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012	S			0	Dada a informação disponibilizada
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	S			22.948,00	
Restantes trabalhadores - proibição valorização remuneratória nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012				n.a.	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			-	Não existem
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			-	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	S				
Normas de contratação pública pelas participadas	S				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S			3.342.357,14+IVA	1 contrato
Auditorias do Tribunal de Contas					Não houve.
recomendação 1					
recomendação 2					
Parque automóvel	S				0 Face a 2012 e 2011
Gastos Operacionais Empresas Públicas (art.64º Lei 66-B/2012)					
Nº trabalhadores	S				-2 Face a 2012
Nº cargos dirigentes	S				0 Face a 2012
Princípio da Unidade de Tesouraria (art. 124º Lei 66-B/2012)	S			98,00%	

Grelha de validação - Boas práticas de Governo Societário

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		1	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		1	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		3	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		5	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
II	Estrutura de Capital					9	
1.	Estrutura de capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		11	
3.	Acordos parassociais.	X		X		11	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas					12	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		12	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		12	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		12	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		13	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		13	

RAT
L

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		13	
IV	Órgãos Sociais e Comissões					14	
A.	Mesa da Assembleia Geral					14	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		14	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		15	
B.	Administração e Supervisão					15	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		15	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		17	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		17	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		18	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		18	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		21	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		21	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		22	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.					24	
C.	Fiscalização					24	
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		24	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		25	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		26	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		26	
	D. Revisor Oficial de Contas					27	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		27	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		28	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		28	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		28	
	E. Auditor Externo					29	
1.	Identificação.	X		X		29	
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		29	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		29	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		30	
	V. Organização Interna					30	
	A. Estatutos e Comunicações					30	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		30	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		31	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		32	
	B. Controlo interno e gestão de riscos					33	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		33	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		33	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		34	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		34	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		34	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		35	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		35	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		36	
	C. Regulamentos e Códigos					36	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		36	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		37	
D.	Sítio de Internet					38	
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		38	
VI	Remunerações					39	
A.	Competência para a Determinação					39	
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		39	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações					39	
	Composição.						
C.	Estrutura das Remunerações					40	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		40	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		42	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		42	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.					42	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.					43	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		43	
D.	Divulgação das Remunerações					43	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		43	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		45	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		45	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		45	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		45	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		46	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras					46	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		46	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		46	

RAP
f

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
VII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					48	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		48	
2.	Políticas prosseguidas.					50	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X	X	51	
IX	Avaliação do Governo Societário					54	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		54	
2.	Outras informações	X		X		56	

VII. PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade a prosseguir pela EDM e tal como consta do Plano de Atividades para 2014 oportunamente apresentado ao Acionista, traduz-se no prosseguimento, a par da atual da vertente de **recuperação ambiental** das minas e pedreiras, no prosseguimento da nova área estratégica da EDM centrada na vertente dos **Recursos Minerais** reativada em 2010 de forma mais consolidada, com o objetivo de colocar a EDM a participar de forma efetiva e consistente em projetos de prospeção e pesquisa e de exploração tanto no país como nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste contexto a estratégia a desenvolver visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Continuar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental, desenvolvendo esforços no sentido de garantir a sustentabilidade futura desta atividade, condicionada contudo aos meios postos à disposição da EDM para esse efeito pela tutela;
- Alargar e intensificar as ações de valorização do conhecimento e potencial do território nacional ao nível de recursos minerais;
- Desenvolver ações que visem a internacionalização dos serviços técnicos da EDM quer ao nível da atividade Técnico-Ambiental quer ao nível da vertente dos recursos minerais, nomeadamente estabelecendo e aprofundando parcerias técnicas com os Países da CPLP;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas.

As linhas de desenvolvimento a adotar que materializam a estratégia referida, inserem-se no âmbito da missão da empresa que, recorde-se, contempla duas dimensões: uma associada à recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas incluindo a monitorização e controle dos efluentes, em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor; e outra orientada para a maximização do conhecimento dos recursos minerais do País, e para a sua valorização e



aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e criar valor para o acionista.

O reforço da linha de desenvolvimento na área dos recursos minerais enquadra-se nas orientações recentes sobre o setor dos Recursos Geológicos que constam da RCM nº 78/2012 de 11 de setembro, que aprova uma “Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos” (ENRG-RM), com o horizonte de 2020, com especial enfoque na área dos minérios metálicos, por ser o segmento com maior valor acrescentado, a qual constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidem sobre os recursos geológicos.

No quadro dos objetivos e contexto atrás referidos e agrupadas pelas 3 principais áreas de atuação da empresa, são as seguintes as linhas de desenvolvimento da atividade da EDM, no horizonte 2013-2016:

– No domínio técnico-ambiental:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Identificar novos projetos e respetiva caracterização, designadamente em resposta a situações que venham a ser inventariadas;
- Acompanhar iniciativas de parcerias a nível nacional e externo;
- Promover a valorização e sustentabilidade económica das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais;
- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, numa ótica de exportação de serviços;

- Internacionalização do conhecimento e experiência desenvolvida pela EDM ao longo dos últimos anos na área técnico-ambiental, tendo como prioridade o mercado Europeu e da América Latina.
- No domínio dos Recursos Minerais:
- Promover o reforço da intervenção no aumento do conhecimento do potencial geológico nacional, na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
 - Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios e de prospeção mineral;
 - Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
 - Promoção de programas de formação especializada para a Indústria Extrativa;
 - Participar em ações de divulgação e promoção do património geológico-mineiro nacional;
 - Dinamizar iniciativas empresariais no exterior, com prioridade para projetos de prospeção e pesquisa e de valorização económica nos países da CPLP.

À EDM que desenvolve a sua atividade no setor mineiro, cabe um papel fundamental na persecução dos objetivos definidos através de uma atuação transversal em todos os eixos de atuação que constam da referida ENRG-RM e

cujas orientações gerais, relevantes para o caso específico da EDM, se sublinham as seguintes:

Eixo B – Desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional:

- Aumento do conhecimento do potencial nacional, com identificação preliminar de recursos passíveis de exploração;
- Formação especializada;
- Promoção do estudo de recursos geológicos no ensino;
- Captação de investidores para áreas disponíveis.

Eixo C – Divulgação e promoção do potencial nacional:

- Comunicação direta e indireta;
- Apoio e acompanhamento ao investidor.

Eixo D – Sustentabilidade económica, social, ambiental e territorial:

- Preservação de recursos e garantia de abastecimento de matérias-primas;
- Reforço da capacidade dos agentes produtores;
- Reforço da comercialização de matérias-primas no mercado nacional;
- Promoção das exportações;
- Proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores mineiros e das populações residentes em áreas de intervenção mineira;
- Redução do passivo ambiental.

– No domínio da estrutura e da organização da empresa:

- Melhorar a organização reforçando as competências técnicas e as “melhores práticas” de gestão;
- Identificar e desenvolver metodologias que permitam a otimização e simplificação do processo de gestão de projetos;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Neste contexto e tendo em conta as condicionantes relativas à afetação de recursos nacionais, que importa ponderar, prevê-se que em 2014/2016 os **investimentos** possam ascender a € 65.518 milhões, financiados por € 35.081 milhões de fundos comunitários, € 19.052 milhões de fundos nacionais (Despacho SEAll nº 88/2008), € 6.920 milhões do protocolo com a DGEG e € 5.105 milhões por meios próprios.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2014 ascende a 29.592.512 euros, repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Técnico-ambiental – 26.197.512 euros
- Recursos minerais - 3.395.000 euros

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2014 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos comunitários (QREN) – 16.341.388 euros
- Fundos nacionais Despacho SEAll nº88/2008 e outros – 8.756.124 euros
- Protocolo com a DGGE – 2.610.000 euros
- Meios Próprios – 1.785.000 euros

Registe-se o facto de alguns projetos na vertente dos Recursos Minerais estarem associados a consórcios que envolvem participações dos parceiros envolvidos no valor estimado de 12.875.000 euros elevando, portanto, o investimento induzido pela atividade a 42.467.512 euros.

Neste enquadramento prevê-se que a EDM mantenha o seu posicionamento no domínio técnico-ambiental e reforce a atuação na área dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos e considerando o elevado esforço financeiro necessário para fazer face ao Programa de Investimentos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, em especial das antigas minas de urânio da ex-ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA, e tendo subjacente orientações do Governo no sentido da EDM proceder à afetação a esta atividade, por conta do Estado, de parte dos seus meios financeiros, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de € 547.547,53 (quinhentos e quarenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- € 117.151,34 (cento e dezassete mil cento e cinquenta e um euros e trinta e quatro cêntimos) seja transferido para resultados transitados;
- € 215.198,10 (duzentos e quinze mil cento e noventa e oito euros e dez cêntimos) para dividendos;
- € 215.198,09 (duzentos e quinze mil cento e noventa e oito euros e nove cêntimos) seja transferido para a “Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental”.

IX. AGRADECIMENTOS

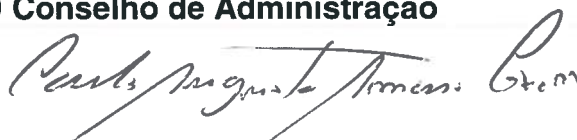
Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, em particular a DGEG, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2013, cabe deixar aqui exposto o devido testemunho. Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Aos membros do Conselho de Administração que cessaram funções em julho de 2013 regista-se o reconhecimento do trabalho desenvolvido na condução das atividades da Empresa.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2014

O Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria, Presidente



Ricardo do Amaral e Belino Pinto, Vice-Presidente

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Resultados por Funções**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações ao Capital Próprio**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

BALANÇO			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	852.648,29	936.858,97
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	3.568.229,76	2.665.364,21
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	931.077,83	954.815,63
Participações financeiras - outros métodos	8	654.157,46	651.657,46
Accionistas/sócios	9	5.870.919,07	5.898.520,65
Outros ativos financeiros	10	3.466.073,40	3.311.269,53
Ativos por impostos diferidos	11	359.457,60	432.481,85
		15.702.563,41	14.850.968,30
Ativo corrente			
Inventários	12	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	13	873,75	128.866,85
Adiantamento a fornecedores		817,95	1.927,54
Estado e outros entes públicos	14	7.338,26	149.979,53
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber	15	1.862.949,29	2.668.161,27
Diferimentos	16	80.107,62	34.164,45
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17	41.111.971,85	41.607.013,74
		56.795.243,72	58.321.298,38
Total do ativo		72.497.807,13	73.172.266,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	20	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	21	2.312.424,76	2.766.104,97
Resultados transitados	22	-117.151,34	-904.082,65
Ajustamentos em activos financeiros	23	-499.512,95	-499.512,95
Excedente de revalorização	24	1.843.212,34	1.843.212,34
Outras variações no capital próprio			
		53.270.157,81	52.936.906,71
Resultado líquido do período		547.547,53	900.804,88
		53.817.705,34	53.837.711,59
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		53.817.705,34	53.837.711,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	1.964.032,87	2.048.866,00
Financiamentos obtidos			6.227,99
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	27	120.499,69	214.643,30
		2.084.532,56	2.269.737,29
Passivo corrente			
Fornecedores	28	452.654,62	453.787,94
Adiantamento de clientes		3.505,50	4.428,00
Estado e outros entes públicos	14	59.789,40	92.553,60
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	26	9.639,81	29.714,23
Outras contas a pagar	27	16.069.353,87	16.483.433,45
Diferimentos	16	626,03	900,58
		16.595.569,23	17.064.817,80
Total do passivo		18.680.101,79	19.334.555,09
Total do capital próprio e do passivo		72.497.807,13	73.172.266,68

Técnico Oficial de Contas

António Serrão

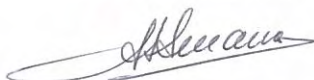
Conselho de Administração

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Ricardo do Amaral e Belino Pinto

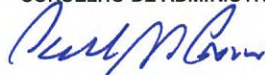
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	29	0,00	100.863,69
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	30	873.900,91	683.313,04
Fornecimento e serviços externos	31	-624.232,68	-520.452,52
Gastos com o pessoal	32	-1.139.837,12	-1.003.420,19
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumento/reversões)	34	-80.000,00	0,00
Imparidade de invest.não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	35	1.329.433,68	1.296.434,93
Outros gastos e perdas	36	-156.936,12	-209.317,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		202.328,67	347.421,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-96.369,98	-76.885,89
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105.958,69	270.535,48
Juros e rendimentos similares obtidos	38	615.149,00	741.311,69
Juros e gastos similares suportados	39	-2.723,16	-21.361,00
Resultado antes de impostos		718.384,53	990.486,17
Imposto sobre o rendimento do período	40	-170.837,00	-89.681,29
Resultado líquido do período		547.547,53	900.804,88
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		547.547,53	900.804,88
Interesses minoritários		547.547,53	900.804,88
Resultado por acção básico		0,0913	0,1501

Técnico Oficial de Contas



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

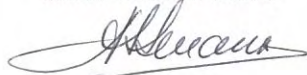
Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	29	0,00	100.863,69
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	-49.686,33
Resultado bruto		0,00	51.177,36
Outros rendimentos	30 e 35	2.203.334,59	1.979.747,97
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1.940.439,78	-1.551.072,27
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos e perdas	36	-156.936,12	-209.317,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105.958,69	270.535,48
Gastos de financiamento (liquidos)		612.425,84	719.950,69
Resultado antes de impostos		718.384,53	990.486,17
Imposto sobre o rendimento do período	40	-170.837,00	-89.681,29
Resultado líquido do período		547.547,53	900.804,88

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		547.547,53	900.804,88
Interesses minoritários		547.547,53	900.804,88

Técnico Oficial de Contas



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



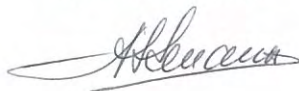
Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
			Euros
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2013	2012
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		172.667,02	779.410,49
Pagamentos a fornecedores		-650.683,22	-551.724,93
Pagamentos ao pessoal		-1.146.032,90	-1.005.568,07
Caixa gerada pelas operações		-1.624.049,10	-777.882,51
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-27.082,75	-98.904,66
Outros recebimentos/pagamentos		-397.924,12	-1.761.550,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.049.055,97	-2.638.338,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-48.430,41	-11.246,56
Activos intangíveis		-6.121.706,78	-9.274.319,32
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		-48.627,05	-161.636,03
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		42.409,85	
Activos intangíveis		7.511.034,33	14.440.686,58
Outros activos		0,00	2.380.000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		701.395,04	925.066,52
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		2.036.074,98	8.298.551,19
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-1.884,99	-21.361,00
Dividendos	5	-450.402,44	-570.163,13
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-29.773,47	-35.530,27
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-482.060,90	-627.054,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-495.041,89	5.033.158,64
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		41.607.013,74	36.573.855,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		41.111.971,85	41.607.013,74

Técnico Oficial de Contas



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto

2012

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translados em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1	1	30.000.000				6.000.000	3.877.746	94.945	-499.513	161.408	1.140.326	40.774.912		40.774.912
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis				13.731.185			-1.111.642	-999.027	1.681.805		-570.163	12.732.158		12.732.158
Excedentes de revalorização de activos fixos tang. e intang. e respec. variações				13.731.185			-1.111.642	-999.027	1.681.805		-570.163	12.732.158		12.732.158
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2	2													
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO											900.805	900.805		900.805
3	3													
4=2+3	4=2+3										330.642	13.632.963		13.632.963
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
5	5													
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	2.766.104	-904.082	-499.513	1.843.213	900.805	53.837.712	0	53.837.712
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012														

2013

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translados em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1	1	30.000.000				6.000.000	2.766.104	-904.082	-499.513	1.843.213	900.805	53.837.712		53.837.712
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							-453.680	786.931	0	0	-450.402	-117.151	0	0
Excedentes de revalorização de activos fixos tang. e intang. e respec. variações							-453.680	786.931	0	0	-450.402	-117.151	0	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2	2													
3	3													
4=2+3	4=2+3										547.548	547.548		547.548
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO											97.145	97.145		97.145
4=2+3	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
5	5													
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	2.312.424	-117.151	-499.513	1.843.213	547.548	53.817.706		53.817.706
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013														

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013

1. IDENTIFICAÇÃO

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO

2.1 As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de Julho – encontramos na



presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação o previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de

reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base

nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício de 2012, como outros investimentos financeiros, um montante de 600.000,00 euros, aplicado em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. Nos exercícios anteriores este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos

ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Locações

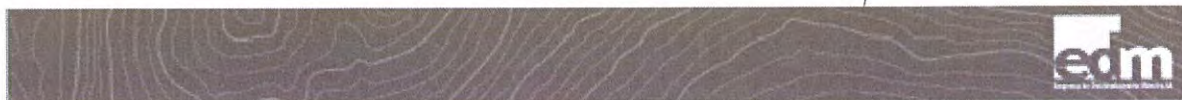
Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.



As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

4. Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa ocorridos em 2013 constam do quadro resumo que se segue:

	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-2.049.055,97	-2.638.338,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento	2.036.074,98	8.298.551,19
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-482.060,90	-627.054,40
Variação de caixa e seus equivalentes	-495.041,89	5.033.158,64
Caixa e seus equivalentes no início do período	41.607.013,74	36.573.855,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	41.111.971,85	41.607.013,74

5. Partes relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2013 foram pagos dividendos no montante de € 450.402,44

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de € 500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2013 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ (23.737,80)
Ativo líquido	€ 6.909.384,61
Capital próprio	€ 931.077,83

À data de 31 de dezembro de 2013 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 5.870.919,07.

Dois dos membros do Conselho de Administração da EDMI, que cessaram funções antecipadamente por decisão da EDM, decisão tomada para fazer coincidir os mandatos no tempo e na composição, receberam remunerações correspondentes a 9 dias do mês de julho e indemnizações. O outro membro não recebeu dado que se encontrava em regime de cedência.

Os atuais membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



6. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2013, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	324.782,15		2,00	45.315,79		279.468,36
Edifícios outras construções	807.752,65					807.752,65
Equipamento básico	115.204,18		40.055,82			155.260,00
Equipamento transporte	285.010,17					285.010,17
Ferramentas e utensílios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	441.990,09		11.518,22	1.276,50	-1.046,22	451.185,59
Outros ativos tangíveis	120.978,01		6.537,29			127.515,30
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.098.309,80	0,00	58.113,33	46.592,29	-1.046,22	2.108.784,62

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversão	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	374.728,10	34.085,62		408.813,72
Equipamento básico	41.206,96	12.364,10		53.571,06
Equipamento transporte	257.077,93	20.744,14		277.822,07
Ferramentas e utensílios	2.592,55			2.592,55
Equipamento administrativo	391.658,06	8.573,09	1.684,48	398.546,67
Outros ativos tangíveis	94.187,23	20.602,83		114.790,06
Total	1.161.450,83	96.369,78	1.684,48	1.256.136,13

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2013, são analisados como segue:

Activos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	1.542.560,22	6.250.559,02		-5.906.447,26	1.886.671,98
Projectos Protocolo	0,00	469.299,64		-469.299,64	0,00
Projecto Gavião e Outros	1.122.803,99	646.854,37		-88.100,58	1.681.557,78
Total	2.665.364,21	7.366.713,03	0,00	-6.463.847,48	3.568.229,76

8. Participações financeiras

A participação financeira na EDM I está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	954.815,63	-23.737,80			931.077,83
Titulos e outras aplic.fananc.	651.657,46		2.500,00		654.157,46
Total	1.606.473,09	-23.737,80	2.500,00	0,00	1.585.235,29

9. Acionistas

O saldo desta conta refere-se a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDM I. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDM I assegura, no essencial, a dívida à EDM.

10. Outros ativos financeiros

	2013	2012
Despacho 496/2004 SEAME-XV	3.311.269,53	3.311.269,53
IVA		
Outros devedores	154.803,87	
Total	3.466.073,40	3.311.269,53

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

	2013	2012
Activos por impostos diferidos	359.457,60	432.481,85
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.467.173,87	1.632.007,00
Taxa: IRC - 23%	337.449,99	408.001,75
Taxa: Derrama - 1,50%	22.007,61	24.480,10

12. Inventários - Mercadorias

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

13. Clientes

	2013	2012
Clientes c/corrente	873,75	128.866,85
Total	873,75	128.866,85

14. Estado e outros entes públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a recuperar	7.338,26	
Retenções impostos s/ rendimento		16.600,98
IVA		25.568,78
Contribuições segurança social e outros		17.619,64
Total	7.338,26	59.789,40

15. Outras contas a receber

	2013	2012
Juros a receber	154.414,14	220.660,18
Devedores diversos	7.106,52	359.134,99
Entidades financiadoras de projectos	1.701.066,13	2.081.854,01
Devedores diversos cauções		6.512,09
Total	1.862.586,79	2.668.161,27

16. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 80.107,62 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 626,03.

17. Caixa e depósitos bancários

	2013	2012
Caixa	5.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	1.600.693,85	1.836.504,28
Outros depósitos bancários	39.506.278,00	39.765.509,46
Total	41.111.971,85	41.607.013,74

18. Capital Social

O capital social da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais

20. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

21. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

22. Resultados transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo negativo de € 117.151,34.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.



23. Ajustamentos em ativos financeiros

O valor negativo de € 499.512,95 corresponde a ajustamento decorrentes do método de equivalência patrimonial.

24. Excedente de revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

25. Provisões

Nesta conta encontram-se registados;

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Provisão relativa ao processo a correr no Tribunal de Pinhel;
- Foram feitas em 2013 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações bem como por constituição de provisão para imparidades.

	2013
Saldo inicial	2.048.866,00
Regularizações	164.833,13
Reforço	80.000,00
Saldo final	1.964.032,87

26. Financiamentos obtidos

O montante de € 9.639,81 relativo a financiamentos obtidos diz respeito ao valor das rendas de locações financeiras a pagar em 2014.



27. Outras contas a pagar

	2013	2012
Remunerações a liquidar	96.088,94	58.157,63
Outros acréscimos custos	2.132,79	5.166,52
Credores diversos (a)	2.189.360,18	1.917.820,89
Verbas recebidas para investimentos a realizar	13.781.771,96	14.502.288,41
Total	16.069.353,87	16.483.433,45

(a) Inclui adiantamentos relativos ao mecanismo automático de top up do QREN no valor de € 2.176.831,16, a regularizar nos últimos pedidos de pagamento.

28. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2013	2012
Fornecedores c/correntes	452.654,62	453.787,94
Total	452.654,62	453.787,94

29. Vendas e serviços prestados

Os serviços prestados foram para o mercado nacional.

	2013	2012
Prestação de serviços		100.863,69
Total	0,00	100.863,69

30. Trabalhos para a própria entidade

	2013	2012
Investimento no âmbito ambiental	854.032,64	588.133,93
Projectos protocolo	19.868,27	95.179,11
Total	873.900,91	683.313,04

31. Fornecimentos e serviços externos

	2013	2012
Trabalhos especializados	183.131,67	137.312,91
Honorários	14.341,98	14.052,40
Energia e Fluidos	65.605,79	67.375,97
Vigilância e segurança	75.414,46	69.761,83
Comunicação	35.897,75	37.271,68
Outros Fornecimentos e serviços	69.938,37	31.409,06
Materiais	21.364,13	19.010,20
Rendas e Alugueres	60.496,24	34.554,33
Seguros	29.114,26	21.848,00
Deslocações e estadas	11.952,18	17.202,21
Conservação e reparação	31.982,44	41.575,37
Outros diversos	24.993,41	29.078,56
Total	624.232,68	520.452,52

32. Gastos com pessoal

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	258.556,46	204.129,23
Remunerações do pessoal	563.789,24	508.690,96
Encargos sobre remunerações	171.633,94	144.329,84
Indemnizações cessação contrato		3.999,60
Benefícios pós emprego	58.530,18	54.057,05
Seguro acidentes de trabalho	16.879,07	15.031,09
Gastos de acção social	42.292,62	41.151,80
Outros gastos	28.155,61	32.030,62
Total	1.139.837,12	1.003.420,19

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2011 foi de 19 empregados, 3 Administradores e Fiscal Único.

33. Imparidades

	Valor bruto	Imparidade	Valor liquido
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	751.081,72	751.081,72	0,00



34. Provisões

No exercício de 2010 foi feito o reforço da provisão relativa ao processo que corre no Tribunal de Pinhel no montante de € 316.859,00 adiante relatado.

35. Outros rendimentos e ganhos

	2013	2012
Rendimentos suplementares	25.542,04	57.760,30
Descontos obtidos	90,11	305,40
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	29.001,33
Rendimentos e ganhos restantes activos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.013,14
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	91.985,87	124,77
Outros proveitos e ganhos operacionais	131.815,66	129.229,99
Total	1.329.433,68	1.296.434,93

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2011 o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

36. Outros gastos e perdas

	2013	2012
Impostos directos	7.906,58	10.854,35
Impostos indirectos	1.349,75	1.198,52
Taxas	296,35	3.671,80
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	23.737,80	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	88.616,87	
Outros	35.028,85	193.592,91
Total	156.936,20	209.317,58

37. Gastos de depreciação e amortização

Ativos tangíveis	2013	2012
Edifícios e outras construções	34.085,62	11.027,41
Equipamento básico	12.364,30	10.182,83
Equipamento de transporte	20.744,14	29.369,14
Equipamento administrativo	8.573,09	8.457,82
Outros ativos tangíveis	20.602,83	17.848,69
Total	96.369,98	76.885,89

38. Juros e outros rendimentos similares

	2013	2012
Juros obtidos	615.149,00	741.311,69
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	615.149,00	741.311,69

39. Juros e gastos similares suportados

	2013	2012
Juros suportados	838,17	2.351,77
Diferenças de câmbio desfavoráveis		336,70
Outros	1.884,99	18.672,53
Total	2.723,16	21.361,00

40. Imposto sobre o rendimento

	2013	2012
IRC	151.088,35	63.078,40
Tributação autónoma	9.318,30	11.464,08
Derrama	10.430,35	15.138,81
Total	170.837,00	89.681,29

41. Compromissos

Durante o exercício de 2013 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 58.530,18. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição

definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2011 a empresa tinha assumido responsabilidades por avals e garantias prestadas, como segue:

Em nome da EDM

- a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante de € 1 011 673,12, que foi reduzido para € 101 167,31 já em 2011.
- b) Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019 15 079,00
À EDP, SA nº 9140/031670/993 6 278,00

Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:

Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	6 484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14 963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6 234,97
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96

42. Outras divulgações – Processos em tribunal

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa era interveniente no seguinte processo:

- O processo nº 208/08, que corre no Tribunal Judicial da Comarca de Pinhel, diz respeito a um pedido de indemnização motivado por morte em acidente de caça ocorrido num terreno, situado numa área onde as ex-JEN e ENU desenvolveram atividade mineira até 1982. A EDM é ré, conjuntamente com a

Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eufémia, proprietária do referido terreno. Relativamente a este processo, relativamente ao qual é solicitada uma indemnização de € 416.859,00, havia já sido constituída em 2009 uma provisão no montante de € 100.000,00. A EDM considerou dever provisionar a totalidade do montante em causa no exercício de 2010.

Em junho de 2011 o Tribunal declarou improcedente a ação e em consequência absolveu a EDM do pedido de indemnização. Em 6 de julho de 2011 os autores da ação interpuseram recurso de apelação para o Tribunal da Relação de Coimbra aguardando-se a pronúncia do mesmo.

- A EDM pagou o montante do valor em litígio relativamente ao processo de IVA reaberto em 2010. No entanto continua a pugnar pela prescrição da dívida.

43. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem

da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo, em outras contas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

R. Samparo e Pina, nº 1 - 3º DL, 1070-248 Lisboa, PORTUGAL
Tel: (+351) 213 959 121 - Fax: (+351) 213 956 344 - E-mail: edm@minera.edm.pt
www.edm.pt



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2013

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Fiscal Único da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2013, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da EDM, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, que inclui 2 Reservas e 3 Ênfases, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração descreve a forma como se desenvolveu a actividade ao longo do exercício e os principais factores que estiveram na origem dos resultados alcançados.
6. Foram seguidos os princípios orientadores constantes no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, extensivo ao cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado (Decreto Lei n.º 33/2013), designadamente, à observância da matéria relativa às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e na Lei do Orçamento de Estado para 2013. Verificámos também o cumprimento das exigências constantes no n.º 1 do artigo 54.º do RJSP, com a apresentação do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2013.

7. A actividade da EDM no decorrer do ano de 2013, caracterizou-se por um bom desempenho global, sendo de salientar:
- A deliberação social unânime do Accionista Único da EDM, S.A. em 19 de Julho de 2013, que procedeu à eleição dos actuais membros dos Órgãos Sociais da EDM, S.A., para o triénio de 2013-2015;
 - A continuidade das acções de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, bem como a promoção e reforço da intervenção da EDM na fase de prospecção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios;
 - Os investimentos realizados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental e no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em diversas áreas mineiras degradadas no valor global de 6.578.400 euros; e
 - o desenvolvimento de trabalhos de prospecção e pesquisa em 3 áreas contratadas com o Estado, nomeadamente Argozelo, Monte das Mesas e Pingarela. Nesta última foram dados como concluídos os trabalhos no final do ano, uma vez que as amostras obtidas não eram portadoras de mineralização em PGE. O montante investido nos trabalhos totais deste projecto ascenderam a 88.000 euros.
8. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
- a obtenção de um resultado liquido positivo de 547.548 euros;
 - o acréscimo dos trabalhos para a própria empresa em cerca de 28% (190.000 euros), face a igual período de 2012, os quais apresentam o valor de 873.900 euros;
 - o aumento de 136.417 euros (13,6%) nos gastos com pessoal, derivado essencialmente da reposição em 2013 dos subsídios de férias e de Natal, quando comparados com igual período de 2012;
 - o peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que representam cerca de 77% do total dos gastos globais;
 - a obtenção de um resultado operacional de 105.959 mil euros, registando um decréscimo relativamente ao exercício anterior no valor de 164.577 mil euros;
 - os rendimentos totais da EDM registando uma diminuição de cerca de 3.500, em relação aos valores de 2012, tendo os gastos globais registado um aumento de 349.000 euros, que se traduziu numa redução do resultado líquido de 353.257 euros, justificado essencialmente pelos aumentos dos gastos com pessoal e imposto sobre o rendimento do exercício;
 - a realização de investimentos acumulados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de 6,3 milhões de euros;
 - o recebimento acumulado do montante de 3,6 milhões de euros referente a investimentos elegíveis dos projectos de recuperação ambiental;
 - o recebimento de 2.176.800 euros a título de adiantamentos por parte do QREN, referente ao financiamento de candidaturas;

- até finais de 2013, registam-se investimentos próprios de prospecção e pesquisa no domínio dos recursos minerais no valor de 1.681.500 euros, nomeadamente no jazigo do Gavião, Gralheira/Jales, Estanho/Argozelo, Monte das Mesas e Escadia Grande;
 - o grau de autonomia financeira em cerca de 74%, o que permite uma estrutura de capitais estável; e
 - Distribuição de dividendos ao accionista da EDM no valor de 450.402 euros.
9. Face ao exposto, e como consequência das análises desenvolvidas no decorrer do exercício, o Fiscal Único, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da Empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, e tendo presente as perspectivas da actividade que se antevêm para o ano de 2014, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2013;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 547.547,53 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 14 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21



Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC

Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2013

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 72.497.807 euros e um total de capital próprio de 53.817.705 euros, incluindo um resultado líquido de 547.548 euros) a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto á limitação descrita no ponto 7, o exame a que procedemos, foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. As demonstrações financeiras da participada “EMDI - Empresa de Projectos Imobiliários, S.A.”, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, referido no Relatório e Parecer do Fiscal Único, que a “EDMI é titular de um conjunto de cerca de 250 imóveis, essencialmente terrenos situados em várias zonas do país, dos quais uma parte dos transmitidos da ex - ENU requerem intervenções de carácter ambiental, não estando pois nas condições de necessárias para uma eventual rentabilização ou alienação”. Conforme também é referido no Relatório do Conselho de Administração, atendendo às particularidades, de parte do património imobiliário da EDM e na ausência de avaliações actualizadas do mesmo, não nos é possível quantificar a extensão da recuperabilidade da participação financeira e suprimentos da EDM na EDM, que em 31 de Dezembro de 2013 ascendiam a 6.825.000 euros.
8. No decurso do exercício de 2012, nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de Julho, foram transferidos para a EDM os activos, reconhecidos na rubrica inventários, de concentrado de urânio (U308), a título de prestação acessória de capital do Accionista único, pelo montante de 13.731.000 euros, valorizados nos termos do previsto no artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.
Em face das condições actuais de mercado e das expectativas de valorização futura das cotações, perspectivando-se o início da sua recuperação a partir do final de 2015, não é intenção da empresa proceder à venda nesta fase ou no curto prazo.
No final do exercício de 2013, tendo por base a cotação do concentrado de urânio (U308) em 31.12.2013, estimamos que estes activos estejam sobrevalorizados em cerca de 3 milhões de euros.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 acima e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 8, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



ÊNFASES

11. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes pontos:

- 11.1. Em conformidade com a deliberação do accionista Estado, foi concretizada em 2005, a fusão da EXMIN na EDM, tendo transitado para esta empresa a Concessão atribuída pelo Estado à ex-EXMIN de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. De acordo com o Despacho SEAME-XV n.º 496/2004, de 9 de Julho, até à definição pelo Concedente da forma como certas despesas seriam financiadas e face à necessidade de reunião de fundos para cumprimento dos objectivos do Contrato de Concessão, a EDM disponibilizou à ex-EXMIN, por conta do Concedente, verbas afectas a despesas suportadas até ao final de 2004, no valor de 3.311.270 euros, referentes à remuneração do capital afecto à Concessão e a investimentos efectuados, considerados não elegíveis pelas entidades financiadoras, relativos a IVA e custos directos e indirectos.
Até à data não foi definido pelo Accionista Estado a forma de comparticipação, permanecendo este montante no activo da Empresa.
- 11.2. Como evidenciado no Relatório do Conselho de Administração e na nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os projectos próprios de prospecção e reconhecimento mineiro (Gavião, Gralheira Jales, Prospecção Estanho/Arcozelo, Monte das Mesas e Prospecção Escadia Grande) apresentam em 31 de Dezembro de 2013 o valor global de 1.681.558 euros, escriturados como activo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 849.377 euros, registando em 2013 um acréscimo de 6.113 euros. Em conformidade com a NCRF 16, os projectos próprios devem ser objecto de testes de imparidade periódica.
- 11.3. Encontram-se registados em activos intangíveis em curso, dispêndios com projectos associados à concessão no valor de 1.886.672 euros. Dada a especificidade da actividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente, Estado Português, no âmbito do Contrato de Concessão são registados transitoriamente na conta Activos Intangíveis até transferência, após pedido de reembolso, para Outros Devedores, conforme divulgado nas Notas 2, 3 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 14 de Março de 2014

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de € 72 497 807 e um total de capital próprio de € 53 817 705, incluindo um resultado líquido de € 547 548), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao referido nos parágrafos 7 e 8 seguintes, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A participação financeira e os suprimentos efetuados à EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, participada responsável pela gestão e valorização do património imobiliário da EDM, ascendem a cerca de € 6 800 000. As características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, e a atual situação do mercado imobiliário, indicam que o mesmo se encontra em imparidade. Desta forma, na ausência de avaliações (ou de avaliações atualizadas) daquele património que permitam estimar, à data de relato, o montante das respetivas imparidades, não nos é possível quantificar os ajustamentos que seriam necessários efetuar na participação financeira e suprimentos detidos pela EDM na EDM.

8. O ativo intangível em curso engloba as intervenções incorridas com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Jales e Monte das Mesas), os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os gastos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 1 680 000 (2012: € 1 120 000), sendo que a sua recuperação depende da futura viabilidade e exploração das referidas áreas mineiras.

9. Nos termos do Decreto-Lei 145/2012 de 11 Julho foram transferidos para a EDM, a título de prestações acessórias de capital do Estado, ativos de urânio U308 pelo montante de € 13 700 000, resultante de relatório prévio emitido no cumprimento das formalidades previstas no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais. Não fazendo o consumo e/ou a compra e venda de urânio U308 parte do ciclo operacional normal da empresa e não se prevendo a venda daqueles ativos no curto prazo dadas as características muito especiais dos mesmos e do mercado, foi considerado mais adequado pela empresa manter estes inventários registados ao custo de aquisição. Tendo por base os valores de mercado (SPOT U308) no final do exercício, estima-se como necessário um ajustamento de imparidade àqueles ativos de aproximadamente € 3 200 000.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores e quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo 9 anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



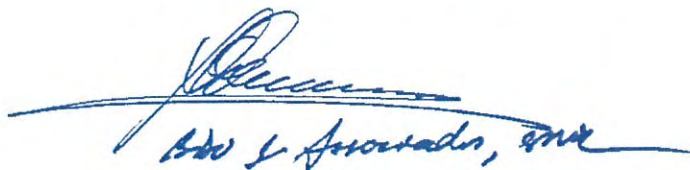
Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

11. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitadas à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

12. Com a liquidação da ex-ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA, a responsabilidade pelos passivos supervenientes daquela ex-participada transitou para a EDM. Esta responsabilidade cujos impactos futuros não são possíveis de prever e quantificar, nomeadamente em termos de reposição ambiental, tem vindo a ser parcialmente enquadrada no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas.

13. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. A anulação, ajustamento ou recuperação deste saldo depende de decisão do Concedente.



Lisboa, 14 de março de 2014



Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC

Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS

Introdução

1. Em cumprimento do preceituado no artigo 24.º e no número 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, dada a inexistência de membros não executivos dos órgãos de administração e de membros da Comissão de Avaliação, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. elaborar anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos.

Responsabilidades

2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.
3. A nossa responsabilidade consiste em analisar o relatório de gestão no que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimento pelos gestores dos princípios de bom governo.

Parecer

4. Com base no trabalho efectuado somos de opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes acções durante o exercício de 2013, e expressamos uma opinião favorável sobre as estruturas e mecanismos de gestão em vigor na entidade.

Lisboa, 14 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

